

# PORANTIM



*Em defesa da causa indígena*

Ano XXXVI • Nº 377  
Brasília-DF • Agosto 2015



## Povo Anacé: (Re)territorializando a vida

No litoral cearense, enquanto grandes empreendimentos conduzem à desterritorialização da vida de duas aldeias Anacé e o Estado busca capturar a autodeterminação comunitária do povo, os indígenas constroem um território de resistência numa reserva e retomam áreas na parte da terra indígena considerada pela Funai como tradicional.

*Páginas 8, 9 e 10*

Sem continuidade e os recursos necessários, o PPDDH não cumpre o propósito de garantir a segurança dos defensores de direitos ameaçados

*Páginas 4 e 5*

Kenarik Boujikian: "O projeto de Estado que temos é, em termos concretos, um projeto para dizimar os povos indígenas"

*Páginas 6 e 7*

**Nesta edição:**  
**VI Encarte Pedagógico**  
**Educação Escolar Indígena**

# Qual o projeto do Estado brasileiro para os indígenas?

Diante desta pergunta, a desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-presidente da Associação Juizes para a Democracia (AJD) Kenarik Boujikian não titubeia: dizimar os povos indígenas. “É isso que se apresenta na prática, na realidade do país. É um projeto que envolve os Três Poderes do Brasil. A não realização das ações necessárias para garantirem os seus direitos resultam nesta situação”, afirma.

A total paralisação das demarcações das terras tradicionais, por parte do Executivo, é considerada pela juíza como uma das estratégias mais eficientes empregadas pelo Estado para atingir seus objetivos, já que uma de suas consequências, segundo ela, é o acirramento dos conflitos.

Esta tem sido uma das denúncias que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vem fazendo há anos. O recente e contínuo aumento da violência, das violações e dos processos de criminalização de lideranças indígenas observado nos territórios e nas aldeias espalhadas pelo Brasil comprova esta trágica realidade. E as mortes, infelizmente, não cessam.

No dia 29 de agosto mais uma liderança indígena tombou no solo sagrado dos Guarani-Kaiowá. Simeão Vilhalva, de 24 anos, foi assassinado a tiros na Terra Indígena Nanderú Marangatú, no município de Antônio João, no estado do Mato Grosso do Sul (MS) – o mais violento do Brasil contra os povos indígenas, é sempre importante lembrar.

Outros indígenas, incluindo crianças de colo, foram atingidos pelas balas de borracha alvejadas pelos cerca de 100 fazendeiros e jagunços que foram, em suas potentes caminhonetes, até a área retomada pela comunidade cansada de esperar por uma decisão do Estado, que nunca é tomada. Reconhecida como terra tradicional pelo próprio Estado, Nanderú Marangatú foi homologada em 2005. No entanto, após uma decisão liminar, o processo, cuja relatoria atualmente é do ministro Gilmar Mendes, está parado no Supremo Tribunal Federal (STF) há dez anos.

Este não é o primeiro assassinato de lideranças indígenas na região. Em novembro de 1983, Marçal de Souza Tupã-Y foi assassinado e silenciado em sua luta pelo respeito aos direitos dos povos originários. Em dezembro de 2005, Durvalino Rocha foi assassinado por jagunços contratados por fazendeiros da região.

Políticos da região acompanharam a ação criminosa que culminou na morte de Simeão. Ela foi, inclusive, divulgada e convocada pelas redes sociais. Há alguns anos o Cimi passou também a denunciar a atuação de forças paramilitares, comandadas por grupos ruralistas, em ataques contra povos

indígenas no Brasil e, particularmente, no Mato Grosso do Sul. “A impunidade e a complacência das autoridades brasileiras com estes grupos possibilitaram que os mesmos radicalizassem em suas estratégias, alheias ao Estado Democrático de Direito”, afirma nota pública do Cimi, divulgada após a morte de Simeão.

Esta política indigenista do Estado brasileiro de, ao privilegiar os interesses do agronegócio e das elites ruralistas, estar dizimando os povos originários do país cada vez mais chama atenção de organismos nacionais e internacionais. Ou seja, está ficando cada vez mais difícil mascarar a verdadeira forma que o Estado age com os indígenas por aqui.

No início de junho, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), divulgou nota cobrando que o Brasil investigue e puna os culpados pelos três assassinatos de indígenas ocorridos no Maranhão e na Bahia no período de apenas uma semana, entre abril e maio. Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou ao Estado a conclusão dos procedimentos demarcatórios, especificamente das terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Por sua vez, o procurador da República Ricardo Pael Ardenghi, do Ministério Público Federal de Ponta Porã (MS), declarou que a responsabilidade pelos conflitos fundiários no estado é toda do Ministério da Justiça. Até o próprio Papa Francisco, em sua Encíclica da Ecologia, divulgada no mês de junho, condenou os crimes praticados contra os indígenas no Brasil e a remoção forçada de suas terras “a fim de deixá-las livres para projetos extrativistas e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura”.

Em meio à crescente tensão e ao ambiente de severa violência contra as vulneráveis populações do estado do Mato Grosso do Sul, é fundamental considerar que, com cerca de 45 mil indivíduos, os Guarani-Kaiowá compõem a segunda maior população indígena do Brasil. De acordo com estimativas da própria Funai, todas as terras indígenas reivindicadas por eles totalizam apenas cerca de 2% da área do estado.

Diante destes reveladores dados, a dúvida que fica perturbando a mente é sobre esta “incapacidade” do atual governo de evitar um possível maior derramamento de sangue na região. Ou seja, até quando o governo brasileiro vai permitir que os povos originários deste país sejam assassinados em nome da ganância do agronegócio e do “desenvolvimento” brasileiro? Porque se este derramamento de sangue acontecer, todos sabem quem serão os beneficiados, assim como os seus cúmplices.

## Porantinadas

### Justiça, para quem?

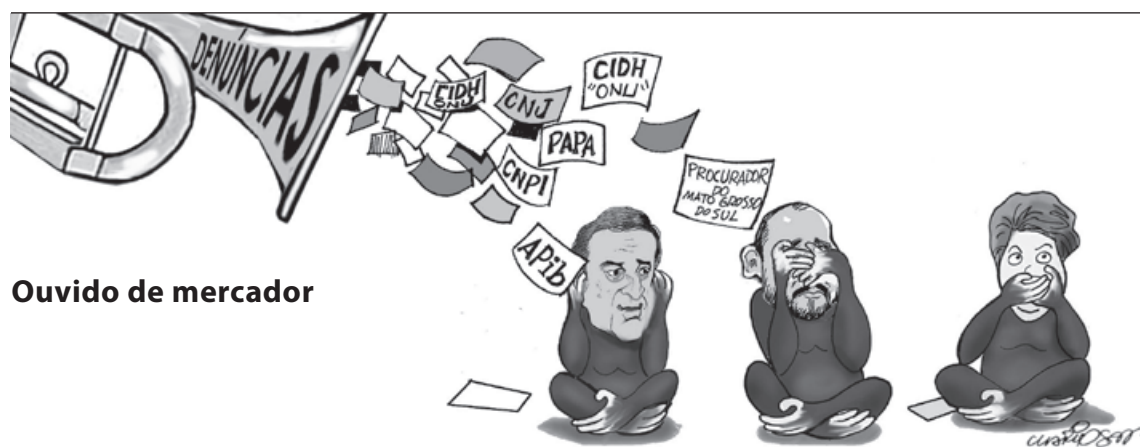
As decisões do juiz federal Fábio Kaiut Nunes, da 1ª Vara da Justiça de Dourados, têm causado profunda indignação nos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Além das concessões de reintegração de posse dos acampamentos em Tey Jusu e Itaguá, ambas com estudos que comprovam a tradicionalidade indígena, e da desumana decisão favorável ao despejo da comunidade de Apykai, no último mês de junho ele negou o direito a danos morais coletivos para as comunidades Guarani-Kaiowá atacadas pelos seguranças da Gaspen. Esta empresa privada foi fechada em março de 2014 pelo envolvimento direto na morte de duas lideranças, Dorvalino Rocha e Nísio Gomes, além dos ferimentos em dezenas de pessoas, resultado dos ataques que realizava contra os indígenas.

### Justiça, a serviço de quem?

As consequências da decisão do juiz foram imediatas: Elizeu Lopes Guarani-Kaiowá recebeu ameaças de pistoleiros, acampamentos foram invadidos e lideranças que estiveram com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, em junho, foram procuradas por homens armados. “Trata-se claramente de um juiz anti-indígena, de posição política aliada aos fazendeiros e que está usando o poder do Judiciário para atacar os povos originários”, declara a liderança Kaiowá Ava Apyka Rendy Ju.

### A Justiça ouve quem?

As recentes decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a Terra Indígena (TI) Porquinhos, no Maranhão, do povo Kanela Apanyekrá, a TI Limão Verde, do povo Terena, e a TI Guyaroká, do povo Guarani-Kaiowá, ambas no Mato Grosso do Sul, que anularam portarias declaratórias não chamaram as comunidades indígenas nos autos dos processos. Ou seja, elas não foram ouvidas. E, conforme determina o Processo Civil, caso isso não ocorra, a consequência é a nulidade de todos os atos do processo.



Ouvido de mercador

# O pior ano do Vale do Javari

Em apenas sete meses foram registrados 17 óbitos de crianças para uma média anual de 150 nascimentos na Terra Indígena; a OMS preconiza como aceitável a ocorrência de dez óbitos a cada mil nascidos vivos

J. Roscha, Assessoria de Comunicação Cimi Norte I

**E**m março passado, a pequena Ingrid Mayoruna faleceu acometida por “septicemia neonatal” (condição médica grave caracterizada por estado inflamatório de todo o organismo e presença de infecção), segundo informou Paulo Marubo, coordenador da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Ela era filha de Antônio Flores, tuxaua da Comunidade Flores, que já perdeu outras três filhas, vítimas de hepatite.

Ingrid é uma das 17 crianças que morreram na região do Vale do Javari entre janeiro e julho deste ano, de acordo com informação do coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), Heródoto Jean Sales. Por si, o número já é alarmante. Mas a tragédia é ainda mais grave se considerarmos que a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como aceitável a ocorrência de dez óbitos a cada mil nascidos vivos. No Vale do Javari, em apenas sete meses, já haviam sido registrados 17 óbitos para uma média anual de 150 nascimentos.

Para o coordenador da Univaja, muitas mortes poderiam ser evitadas se a atenção básica à saúde estivesse sendo executada com o mínimo de eficiência. “Faltam medicamentos nos Pólos Base e estes não estão aparelhados para prestar o serviço que as comunidades necessitam”, diz Paulo Marubo.

“As equipes de saúde vão nas aldeias, mas lá não têm as mínimas condições necessárias. Daí, eles não têm como fazer suas atividades, fica tudo complicado. Falta medicamentos nos sete Pólos Base”, observa o coordenador.

Sem as condições mínimas de prestar atendimento no local, as equipes de saúde acabam por solicitar a remoção das pessoas para a Casa de Saúde Indígena (Casai), localizada na cidade de Atalaia do Norte. Paulo conta que os indígenas estão com medo de serem removidos para a Casai. “As pessoas que vão para lá passam três ou quatro meses, reclamam que não são bem atendidas e sequer são informadas a respeito dos procedimentos a serem adotados nos seus tratamentos”, afirma. Ele cita o caso de uma criança morta em decorrência de diarreia. “Já faz tempo que nós sabemos que é possível tratar essa doença com remédios. No



relatório da enfermeira que prestou atendimento àquela criança há a afirmação de que faltou o medicamento”, relata Marubo.

A Terra Indígena (TI) Vale do Javari tem cerca de 8,5 milhões de hectares e está localizada nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, na região do alto Rio Solimões, no Amazonas. Fica na fronteira com o Peru e na divisa do estado do Acre. Há vários anos vem ocupando o noticiário da imprensa amazônica pelo elevado número de mortes decorrentes de doenças. Ali, desde a década de 1980, ocorre uma alta incidência de hepatites virais, especialmente do tipo “B”, que não tem cura.

As dificuldades de acesso ao território, sobretudo na época de vazante dos rios, entre abril e outubro, prejudicam consideravelmente o atendimento à saúde devido às grandes distâncias. Da sede do município de Atalaia do Norte até as comunidades situadas próximas às cabeceiras dos rios o percurso pode levar mais de 15 dias, dependendo do tipo de embarcação e do nível da água.

Para os indígenas, porém, isso não pode servir de justificativa. “Nós sabemos que tem recurso porque isso foi dito pelo próprio secretário da Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena], mas não está sendo bem administrado em nível local”, acusa Paulo Marubo.

## Não há justificativa

O coordenador da Univaja revela uma enorme frustração com o resultado das inúmeras denúncias relacionadas à precariedade do atendimento à saúde. Ele conta que somente neste ano encaminhou várias ocorrências para o conhecimento de três procuradores da República, além de ter levado uma equipe de jornalistas de um conhecido jornal do Sudeste para a área. No entanto, estas denúncias não apresentaram resultados concretos. Mesmo assim, enfatiza Marubo, “nós vamos continuar denunciando às autoridades, à

*As crianças são as maiores vítimas da trágica situação da saúde no Vale do Javari; mais de cinco mil indígenas de seis povos conhecidos vivem na região, que ainda abriga o maior número de povos sem contato com a sociedade envolvente em todo o mundo*

imprensa e a quem for preciso”.

“Nós, do movimento indígena e do controle social, estamos sem saber o que fazer”, lamenta Jorge Comapa, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi). “Já encaminhamos documento para o secretário Antônio Alves, a Funai sabe do que está acontecendo, o Ministério Público acompanha mês a mês, e eu já pedi intervenção da Sesai em Brasília para resolver essa situação”, desabafa Comapa. Para ele também essa situação não se justifica pois, mesmo havendo equipe multidisciplinar em todos os Pólos Base, as crianças estão morrendo de desnutrição, pneumonia e diarreias.

Como em outras áreas indígenas, na região do Vale do Javari, as crianças têm sido as maiores vítimas da precariedade na assistência à saúde. Em 2010, somente entre os Kanamari morreram 12 crianças de uma população de pouco mais de 900 indivíduos. Em 2012, outras seis crianças morreram em Atalaia do Norte vítimas de infecção causada pela água contaminada que consumiram durante vários dias. O fato aconteceu logo depois das eleições municipais. Elas estavam acomodadas nas canoas usadas no transporte de eleitores e ali permaneceram em condições precárias, sem nenhuma assistência por parte dos candidatos que convenceram os indígenas a sair das suas aldeias para irem votar na sede do município.

Conforme dados do Condisi, a cada ano nascem em média 150 crianças no Vale do Javari. “Isso nunca aconteceu. Antes, morriam sete, quinze e até 18 por ano. Nós só estamos na metade de 2015 e já são 17 crianças mortas. Este já é o pior ano do Vale do Javari”, constata o presidente do Condisi. ♦

Assine o

**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio\*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

# Um programa de proteção que não protege

Paralisado em alguns estados desde janeiro, sem continuidade e os recursos necessários, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos não cumpre o propósito de garantir a segurança das 415 pessoas incluídas nele; 26,75% são indígenas ameaçados de morte por lutarem pelo território tradicional

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Cacique Lucélia Pankará cercou o terreno da casa onde vive com seu marido, Jorge Pankará. Dia e noite, câmeras monitoram os movimentos do casal. Em Itacuruba, sertão de Pernambuco, ambos vivem ameaçados. Locomoções simples só são seguras com escolta. A liderança de Lucélia e Jorge frente ao povo Pankará de Itacuruba atrapalha interesses privados e estatais naquelas bandas. Tudo começou quando passaram a reivindicar o território tradicional, junto ao Estado: se por um lado incomodam fazendeiros que estabeleceram propriedades no local, por outro combatem a especulação fundiária sobre as terras ancestrais. Índio quando diz “Essa terra tem dono!” questiona uma lógica de ocupação secular baseada na violência patriarcal, latifundiária. Lucélia e Jorge podem ser assassinados enquanto você lê esse texto e por isso estão entre os 415 defensores de direitos humanos protegidos pelo Estado brasileiro. Deste total, 111 são indígenas, ou seja, 26,75%.

O problema é que a proteção garantida pelo Estado a esses 415 defensores teve o 1º semestre descontinuado em muitos estados, com os convênios regionais não renovados. Em alguns casos, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) está com atividades paralisadas desde janeiro. A política de proteção é nacional, não é uma lei e está baseada numa recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU). Como a demanda no Brasil é crescente, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) firma convênios com os estados para a formação do programa de defensores nas regiões. No entanto, muitos governos não querem a política porque julgam que ela beneficiará quem os critica. Com isso, existem no país, além do implementado em Pernambuco, apenas outros cinco programas estaduais – com base nos convênios em exercício nos dois últimos anos: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Ceará. No caso de Lucélia e Jorge, quem os atende é o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Pernambuco, descontinuado desde janeiro. Só não parou de vez porque a equipe do programa decidiu seguir com o trabalho, mesmo com salários atrasados e sem estrutura.

Não há apenas um motivo para explicar esta parcial paralisação do programa de proteção em alguns estados e as dificuldades inerentes para a aplicação contínua da política de proteção. As razões variam, mas o resultado é um só: descontinuidade. Em Pernambuco, o convênio foi repactado em dezembro de 2014 por mais seis meses, a partir de janeiro, e o governo federal enviou R\$ 423 mil, em duas prestações, para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, pasta a qual estava subordinado o programa de proteção até o início desse ano. Para acomodar aliados políticos, o governador eleito Paulo Câmara desfez a secretaria

para criar outras duas: Justiça e Direitos Humanos, onde está o programa agora, e Desenvolvimento Social, Infância e Juventude, cujo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) foi herdado da antiga secretaria e destino do recurso federal. Resultado: o recurso federal chegou, mas a equipe do programa de proteção não o acessa e há seis meses trabalha sem nenhuma estrutura, nem salários. Como já terá que pedir um aditamento até 30 de agosto pelo fato do recurso não ter sido gasto, a previsão é de que o programa funcione apenas por quatro meses em 2015.

Conforme a SDH e o apurado pela reportagem, no Rio Grande do Sul os problemas burocráticos entre o governo estadual e o Tesouro Nacional não permitiram a renovação do convênio. Na Bahia, o convênio não foi renovado e conforme as lideranças indígenas o motivo seria a intenção do governo estadual de mudar o atual gestor do programa, o grupo Tortura Nunca Mais, considerado crítico em demasia. No Espírito Santo, o programa de defensores está em fase de aditamento do atual convênio por mais três meses, mas depois disso não há perspectiva de novo convênio. Já no Ceará, o programa está paralisado desde o início de 2014: depois da Justiça impugnar o processo seletivo da entidade gestora, apenas há poucos meses a nova contratação foi retomada. Em Minas Gerais, a situação é um pouco melhor mas, segundo os gestores, existem dificuldades orçamentárias. O programa está em vigência e o convênio, firmado no ano passado, vai até 2019, com recursos totais de R\$ 5.626.817,81. O convênio anterior disponibilizou R\$ 858.043,83 para 12 meses.

“A gente vive num lugar que nem luz direito tem, cheio de pistoleiro, a rodovia passa ao lado da aldeia e uma outra pista tão abrindo dentro do território do povo, o que somos contra, e razão de mais ameaça contra a gente. De longe não dá pra saber o que passamos. A equipe do programa vem aqui e sabe do que a gente precisa. Tem o telefone 24 horas de emergência, as câmeras. Se esse acompanhamento não funciona, ficamos desamparados por completo”, disse a cacique Lucélia Pankará. E essa é a realidade dos defensores de direitos humanos país afora.

O diretor de Defesa dos Direitos Humanos da SDH-PR Fernando Mattos reconhece os problemas daquilo que analisa como “uma política ainda recente” e afirma que todas as

**Por lutarem pelo direito de viver em seu território tradicional, a cacique Lucélia e Jorge, do povo Pankará, estão ameaçados de morte. Enquanto o programa de proteção sofre pela descontinuidade e tem recursos precários, setores ligados ao latifúndio recebem polposos financiamentos**

Renato Santana



questões estão sendo tratadas pela Secretaria Nacional junto aos estados. Mattos disse ainda que o corte orçamentário, que afetará todos os setores do governo federal, não será repassado pela SDH ao programa nacional de proteção. “O ministro (da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas) nos comunicou isso em reunião. O entendimento é de que a proteção aos defensores de direitos humanos é uma prioridade”, destaca Mattos. Para este ano estão previstos R\$ 29 milhões aos programas de proteção da SDH-PR.

## A recorrente descontinuidade

A política de proteção aos defensores de direitos humanos requer continuidade, mas este 1º semestre foi descontínuo. Quando isso ocorre, quebra-se um ciclo vital que envolve intervenção, proteção e promoção. As dissociações são inevitáveis. “O programa é um serviço público. Como muitas vezes o violador (dos direitos humanos) é o próprio Estado – como no caso da implementação dos megaprojetos –, ou a violação é resultado de sua ineficiência, uma parte do trabalho é conseguir a confiança do defensor. Quando a política é descontinuada, o defensor deixa de nos ver como um parceiro, volta a desconfiar e os vínculos se perdem”, explica Ericka Vieira, que integra a equipe do Programa de Defensores de Direitos Humanos de Pernambuco.

Ericka explica que os atuais seis meses de falta de operação do programa no estado não fizeram a equipe parar de atuar. Aos trancos e barrancos, os

Renato Santana



**A implantação de megaprojetos no Brasil tem causado a violação de direitos de indígenas, como é o caso dos Mundurucu, que ficaram mais vulneráveis e tornaram-se alvo de diversas pressões devido à construção do Complexo Hidrelétrico Tapajós, no Rio Santarém**



profissionais tentam atender a demanda. Porém, ela ressalta que novas solicitações de proteção surgiram e com o atual quadro não poderão ser atendidas. Sem contar o fato de que o governo federal enviou recursos apenas para a rubrica de proteção. “O programa não se sustenta apenas com proteção. Se é assim basta fazer escolta policial. Precisamos dar visibilidade para diminuir as ameaças. Quanto mais aderência social a causa dos defensores tiver, mais a política funciona. Costumamos pensar que não protegemos apenas pessoas, mas lutas”, explica Ericka.

A situação não é diferente em outros estados. “Hoje contamos com a Defensoria Pública e as organizações que acompanham os povos indígenas, quilombolas e sem-terra para articular denúncias e o mínimo de promoção. Existe a intenção de retomar, conforme o governo estadual nos sinaliza, mas a burocracia emperrou tudo”, afirma Suzana Elisa, da equipe do programa de proteção no Rio Grande do Sul. No final do ano passado, o cenário parecia ser outro. A renovação do convênio com o governo federal estava encaminhada e no dia 30 de dezembro chegou a ser criado o Conselho Estadual de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) faz parte deste conselho.

“Acontece que seis meses depois, o governo estadual não indicou os seus representantes. Os indígenas se animaram com o programa, pois vivem ameaçados, uma situação difícil. Foram às aldeias e tudo falar com as lideranças. Depois o estado sumiu. Os interlocutores não tiveram mais recursos para se dirigirem às aldeias. Os indígenas não foram avisados de nada”, explica o coordenador do Cimi Regional Sul, Roberto Liebgott. A liderança Deoclides Kaingang, protegida pelo programa de defensores, precisa viajar pelas comunidades de seu povo e cumprir as tarefas de membro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). A liderança tem feito todos esses trajetos sem escolta. Para Liebgott, tanto o governo estadual quanto o federal não têm interesse na política de proteção.

“O governo federal liberou R\$ 187 bilhões para o agronegócio no último ano. Outros R\$ 197 bilhões para infraestrutura, ou seja, para as empreiteiras. Então, o Estado fica a serviço da iniciativa privada”, critica Liebgott. Enquanto o orçamento para setores

comumente atrelados aos atentados e às ameaças contra indígenas, quilombolas, sem-terra e sindicalistas são polpudos, aos programas de proteção “fica o funcionamento precário, com a equipe técnica reduzida por conta do orçamento muito limitado”, diz Maria Emília da Silva, técnica do programa de defensores do estado de Minas Gerais.

Para Maria Emília, a questão agrária é o grande gerador de defensores no programa. Tratam-se de territórios afastados dos grandes centros urbanos e “conseguir uma antena de telefonia móvel, para que a comunidade e o defensor não fiquem isolados, é uma vitória. Isso requer ir ao local, ver de perto. Faz parte da metodologia do programa. Quase nunca temos escolta, porém, vamos de peito aberto”, revela. Em Minas Gerais, os Pataxó, os Kaxixó e os Maxakali são os povos indígenas atendidos pelo programa. A demanda não para de crescer: “O governo federal não resolve a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Com tudo paralisado, os invasores de terras, os fazendeiros, enfim, toda a gente que tem interesse nesses territórios tradicionais, de reforma agrária, barbariza”, opina José Carvalho, do programa de defensores da Bahia. Com o programa de defensores sem atuação, a vulnerabilidade se torna ainda maior. No estado, Carvalho afirma que a equipe capacitada durante os últimos cinco anos teve sua atuação descontinuada, assim como o programa, que parou de vez em março.

“A política de proteção é emergencial. Não podemos viver de receber as denúncias e depois enviar ofício, esperar resposta, cobrar. Até tudo isso ocorrer o defensor foi assassinado. Não avalio que o governo trate a política como prioridade. Fora do país pintam uma coisa linda, perfeita, que funciona. É uma política barata, mas que tem contingência de recursos. A situação é gravíssima. Os setores que oprimem as lideranças, enquanto isso, ficam livres para seguir fazendo tocaia, ameaçando”, define Carvalho. Na Bahia, dos 52 defensores, 36 são indígenas. Entre eles, há lideranças Tupinambá. Pouco depois do programa ter sido descontinuado, porque o governo do estado não aceitou o aditivo, Pinduca Tupinambá foi assassinado na Terra Indígena Tupinambá de Olivença por fazendeiros. “Sem o programa, que promove a luta dos defensores, outros irão morrer... e protegidos pelo Estado. Pinduca entra nessa conta”, conclui.

## Pará e Maranhão são prioridades para novos programas

Com o orçamento liberado a partir da metade deste ano, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos deverá funcionar apenas durante o 2º semestre, mas a expectativa é de ampliação dos programas nos estados. A razão é que com as dificuldades financeiras, o programa precisa ganhar apoio dos governos locais.

“Com o orçamento de 2015, sabemos o que vamos dispor para negociar com os estados. Estamos estabilizando os repasses, os convênios e temos como prioridade para esse ano a criação de programas no Pará e Maranhão”, afirma o diretor de Defesa dos Direitos Humanos da SDH-PR, Fernando Mattos.

O Pará mantinha convênio com a SDH, mas cancelou. O esforço é para que retome. A dificuldade é que o estado concentra conflitos agrários agudos e na maioria das vezes envolvendo interesses dos próprios governos estaduais e federal. Como o programa não é lei, os governadores afirmam que só farão o convênio quando a política deixar de ser recomendação para ser obrigação. “O programa não substitui as políticas públicas. Trata de defensores ameaçados, mas nossa linha principal é que não adianta dar proteção sem atacar a causa do problema. Isso incomoda, mas temos de dialogar”, explica Mattos.

Com ampla experiência na área dos direitos humanos e na política de proteção, Mattos chegou à diretoria que ocupa em março. Conforme salienta, desde então o objetivo foi pagar contas retroativas, receber defensores e equipes, além de tratar dos casos urgentes. “O cenário de criminalização dos movimentos sociais, de retrocesso em várias conquistas, sobretudo no parlamento e na mídia, preocupa. Trabalhamos numa política nova com pessoas e entidades que estão na linha de frente. Lutamos para manter recursos e na construção de um programa nacional”, encerra. ♦

“A gente vive num lugar que nem luz direito tem, cheio de pistoleiro, a rodovia passa ao lado da aldeia e uma outra pista tão abrindo dentro do território do povo, o que somos contra, e razão de mais ameaça contra a gente. De longe não dá pra saber o que passamos. A equipe do programa vem aqui e sabe do que a gente precisa. Tem o telefone 24 horas de emergência, as câmeras. Se esse acompanhamento não funciona, ficamos desamparados por completo”

Cacique  
Lucélia Pankará

# Dizimar os povos indígenas: um projeto do Estado

“Em relação ao Poder Executivo, o que temos visto é que o modo empregado para dizimar os povos indígenas é o não cumprimento das suas obrigações constitucionais, não efetuando o que lhe compete, como a demarcação das terras indígenas, dentre outras coisas”

*Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação*

Importante referência na luta pelos direitos humanos no Brasil, Kenarik Boujikian atua há três anos e meio como desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo, é co-fundadora e ex-presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD), militante de uma articulação que atua com mulheres encarceradas e uma feroz crítica de todas as instituições ou ações que vão no sentido contrário ao da democracia e da justiça. Sua aproximação com a causa indígena ocorreu em 2011, quando participou do lançamento do Comitê Nacional em Defesa da População Indígena de Mato Grosso do Sul. Naquele momento, a AJD avaliou que estava em falta com os povos indígenas, pois em suas duas décadas de existência não tinha atuado de forma direta com eles. Convidada a conhecer as aldeias daquele estado, que é o mais violento do Brasil com os povos indígenas, ela visitou a região por uma semana e teve a oportunidade de participar da Aty Guasu [a Grande Assembleia Guarani-Kaiowá]. Como resultado do contato com essa dolorosa realidade, a causa indígena ganhou uma respeitável militante. Após perambular também pelas terras de outros povos, em outras regiões, Kenarik afirma nesta entrevista ao *Porantim*: “sinto verdadeira honra por pisar nas terras indígenas e mais ainda quando sou chamada de ‘parente’”. Ela considera fundamental os membros do Judiciário visitarem as aldeias para conhecer, de fato, a realidade e a história dos povos indígenas e garante que “não tem como se manter paralisada diante de tanta injustiça”.



**Porantim** - Como a senhora avalia a situação dos povos indígenas hoje no Brasil? Existe um projeto de Estado para eles?

**Kenarik Boujikian** - O projeto de Estado que temos, em termos concretos, é um projeto de dizimar os povos indígenas. É isso que se apresenta na prática, na realidade do país. É um projeto que envolve os Três Poderes do Brasil. A não realização das ações necessárias para garantirem os seus direitos resultam nesta situação. Por outro lado, para além desta agenda do Estado, também temos uma agenda dos povos, de resistência, que tem funcionado há mais de 500 anos. Neste sentido, eles já têm um legado, que passa de geração para geração. Senti muito isso na última Aty Guasu, mais do que em qualquer outro momento. Claro, esta é a percepção de quem não está no dia a dia da luta. Mas para mim o legado está realmente muito forte. A presença das crianças e dos jovens nos diálogos entre eles é muito contundente. A luta só terá fim quando alcançarem os direitos estabelecidos na Constituição Federal. O projeto de Estado não acaba em um governo, atravessa os governos, mas também tem de passar pelas forças populares.

**Porantim** - O que a senhora acha do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmar que é preciso dialogar com todos os interessados na terra reivindicada como

indígena, de modo a evitar a judicialização dos processos?

**Kenarik Boujikian** - Em relação ao Poder Executivo, o que temos visto é que o modo empregado para dizimar os povos indígenas é o não cumprimento das suas obrigações constitucionais, não efetuando o que lhe compete, como a demarcação das terras indígenas, dentre outras coisas. Ou seja, quando o ministro não realiza os procedimentos necessários para a demarcação ele está se negando a cumprir a Constituição Federal. E não vai haver paz enquanto a demarcação não estiver resolvida. Também é preciso considerar que é necessário realizar a demarcação para, eventualmente, nos casos previstos pela própria lei, ter a possibilidade de fazer a indenização. A gente sabe que as Mesas de Diálogo não funcionam e nem funcionarão, e que este não é o caminho constitucional. O argumento de investir no diálogo significa, em termos práticos, a não realização das demarcações. No entanto, o Executivo age assim porque está atendendo a interesses que, claramente, não são os dos povos indígenas. Temos que ser realistas: o enfrentamento à injustiça feita com os povos indígenas neste país é necessário. Se o Ministro da Justiça não quer fazer a justiça, só podemos dizer que ele está sendo o grande autor da dizimação dos povos indígenas. O caminho é muito claro, mas o Estado brasileiro não quer

enfrentar certos interesses nacionais e internacionais de determinados setores, principalmente do agronegócio, que tomaram as terras indígenas.

**Porantim** - Quais são as consequências da paralisação desses processos?

**Kenarik Boujikian** - A paralisação das demarcações tem mostrado uma série de consequências. Sem terra, não é possível para os indígenas sobreviverem, tanto no aspecto da vida física mesmo, como em relação à vida cultural, espiritual. Se não têm terra pra plantar, como vão comer? Como vão ter as suas casas? A consequência não é outra, senão a morte. Temos visto um aumento bárbaro da violência contra os povos indígenas. Na última Aty Guasu foi apresentado o número de jovens que se suicidaram. Uma realidade inaceitável e consequência desta situação que estão vivendo. Temos uma situação de barbárie. As lideranças estão sendo assassinadas e as crianças vivem em um constante clima de guerra, de medo. A primeira vez que fui em uma Aty Guasu, perguntei a uma menina que fazia as traduções para mim se ela ia à escola, ela disse que não. Perguntei se ela gostaria de ir à escola e ela disse que não. Isso me deixou muito surpresa. Então, ela me disse que tem medo dos fazendeiros e que seus pais também têm medo deles. “Vão me pegar”, falou. Eu não sabia de quem ela era filha.

Depois, em uma visita à aldeia do Nísio Gomes, que já tinha sido assassinado, entendi a fala dela. As crianças sabem e vivem tudo o que está acontecendo. Como estas crianças e estes jovens podem viver constantemente ameaçados na sua própria vida e existência? Seus pais, seus parentes estão em um contínuo clima de terror e guerra. Tudo por culpa do Estado que não cumpre o artigo 231, da Constituição Federal. Se ele tivesse sido cumprido, não viveríamos este processo. O prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas tradicionais no país é bastante claro. Mas vivemos o absoluto caos, onde o próprio Estado passa por cima dos direitos e desrespeita a vida, a língua, os costumes de todos os povos indígenas. Viola a própria Constituição Federal e a legislação específica que determina o modo do procedimento, as etapas, com possibilidade de manifestação dos interessados. Ou seja, nela, os direitos de quem quer que seja estão resguardados. Sem falar nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que

estão sendo sistematicamente descumpridos, como a Convenção 169 [da Organização Internacional do Trabalho (OIT)].

**Porantim** - *Observa-se um processo sem precedentes no Congresso Nacional no sentido de retirar direitos constitucionais indígenas. A quem interessa essas mudanças na legislação?*

**Kenarik Boujikian** - O problema no Legislativo atualmente é que a representação é do dinheiro, não do povo brasileiro. O que é uma situação muito diferente de como deve ser. Temos um vício na origem das eleições que é o fato dos candidatos receberem financiamento empresarial. Ou seja, os membros do Congresso Nacional não representam o povo brasileiro, mas sim os grandes financiadores de suas campanhas. Esse dinheiro é marcado por determinadas categorias empresariais, por poucas mãos, para beneficiar, por exemplo, o interesse dos ruralistas. Daí, a razão de termos tanta movimentação para que tudo que diga respeito às terras indígenas

acabe tendo uma outra formação legal. Mudar esta estrutura é necessário, em benefício de todo o povo brasileiro, não somente dos povos indígenas. Mas não querem mudá-la de modo algum.

**Porantim** - *Desde o ano passado o Supremo Tribunal Federal (STF) tem feito interpretações reducionistas do conceito de terra tradicional. Estas interpretações podem abrir precedentes para a reavaliação de processos demarcatórios já concluídos?*

**Kenarik Boujikian** - Estas decisões acontecem em um processo de embate dentro do próprio STF. Algumas têm este perfil, outras não. Então, não é possível dizer que estão acontecendo em termos definitivos e que esta será a posição do STF. Ainda não estamos nesta fase. O que se percebe é que uma visão equivocada firmou-se em alguns processos. Na verdade, equivocada não é palavra mais adequada por ser muito branda. O conceito de marco temporal é completamente desvinculado da vida, da realidade dos povos indígenas. O Judiciário só fará justiça quando for ao menos sabedor da história dos povos indígenas, do que aconteceu de fato, quais são os motivos pelos quais eles não estão nas suas terras tradicionais. De outro modo, não vão saber a realidade. Como afirma aquela música "... todo artista tem que ir aonde o povo está", eu diria que "todo Judiciário tem que ir aonde o povo está".

Porque ele tem a obrigação de conhecer a história, não pode desconsiderar o que aconteceu, os massacres, as remoções forçadas, as graves violências em vários estados. O STF não pode exigir que os povos indígenas, que representavam a parcela fragilizada naquele contexto de disputa pela terra, entrassem em guerra física. Ainda mais considerando a desproporcionalidade das forças. Entrar em guerra contra bombas, armas, tiros, metralhadoras. Só se pode exigir algo assim se não enxergar a realidade daquele povo. Outro elemento colocado por este novo conceito de esbulho é a necessidade do povo resistir juridicamente. Mas as comunidades podiam entrar com ação própria? Não. Então, é obrigação de qualquer juiz, e do STF, conhecer a realidade e saber o que aconteceu com esses povos. Neste sentido, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) lança luz pelo menos neste processo do período investigado [de 1946 a 1988] e mostra a violência praticada pelo Estado contra vários povos.

**Porantim** - *A senhora sabe se o Estado brasileiro tem feito quaisquer encaminhamentos em relação às recomendações da CNV, em relação ao componente indígena?*

**Kenarik Boujikian** - Até onde sei, não há nenhum gesto ou qualquer ato neste sentido. As recomendações trazem elementos importantes e deveriam servir de luz para que os Três Poderes possam criar as condições necessárias para realizar o que chamamos de Justiça de Transição. Mas nada tem sido feito neste sentido.

**Porantim** - *Diversos atores da sociedade civil organizada repudiaram o mais recente plano de recuperação econômica proposto pelo governo federal, a Agenda Brasil. Na sua opinião, o que o governo pretende com esta proposta?*

**Kenarik Boujikian** - Estamos vivendo um período bem difícil hoje porque as forças conservadoras avançaram brutalmente nas últimas eleições. E ganharam um amplo espaço em um governo que não foi eleito para esta finalidade. Existe esta tensão. A presidente foi eleita com votos de uma outra opção política, mas está fazendo a plataforma das forças conservadoras, em todos os sentidos. Na agenda fiscal tudo o que é contra os interesses do povo está sendo implementado, o que promove um profundo retrocesso dos direitos sociais. Um governo não tem como se sustentar com esta perspectiva. A Agenda Brasil vem só reforçar as forças conservadoras. Nada do que propõe esta agenda que vem do Senado é para garantir a plataforma da presidente que foi eleita. É tão grave que tem até item específico para atender as demandas do agronegócio e dos ruralistas, com o intuito de não realizar mais nenhuma demarcação. É inaceitável. A Agenda Brasil não é a agenda do povo brasileiro, nem dos povos indígenas. É a agenda dos ruralistas e dos grandes interesses econômicos.

**Porantim** - *Como a senhora avalia a Agenda Brasil, em relação aos direitos ambientais, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais?*

**Kenarik Boujikian** - Ela trata a questão do meio ambiente como mera mercadoria, como um bem que traz lucros para determinados grupos, e não como um bem da humanidade. Neste sentido o Papa Francisco foi muito feliz, na última Encíclica, ao afirmar que a casa comum necessita do cuidado de todos. Este é o ponto de partida. A água, a natureza, são bens da humanidade. Então, facilitar o procedimento dos licenciamentos ambientais e revisar os marcos jurídicos das áreas indígenas trazem consequências e efeitos desastrosos para todos, não somente para os povos indígenas, mas para toda a humanidade. E a intenção é manter a atividade produtiva, o que significa mudar a Constituição Federal e tirar as garantias constitucionais dos índios para garantir a expansão do agronegócio. É o

sentido do sistema capitalista, da propriedade, que domina. Os povos indígenas têm uma outra relação com as terras, vinculada à cultura, à ancestralidade. E hoje estão acampados naqueles espacinhos ridículos de terra. Ninguém imagina que tem famílias morando naquelas condições, convivendo com tamanha violência. Mesmo assim, eles são vistos como um entrave porque protegem suas terras ancestrais e essa presença deles garante menos lucro, já que há menos mercadoria disponível.

**Porantim** - *A senhora acredita que ainda seja possível o Brasil construir um modelo de sociedade justa e solidária, fundamentado em princípios e valores que respeitem os direitos humanos e da natureza?*

**Kenarik Boujikian** - A rota que estamos seguindo é de privilégio absoluto do capital. O centro é o mercado, como se fosse um deus; o objetivo é o lucro, que domina o sistema socioeconômico. Não há como ter dúvida. Mas também tenho certeza que a humanidade necessita e pode criar uma outra sociedade e tudo está a demonstrar que é

disso que precisamos. É urgente construir uma outra forma de viver para que todas as pessoas possam gozar do atributo que é comum a todos, que é a dignidade humana. Na verdade, isto está nos planos no Brasil. Quando lemos a Constituição Federal - que é nossa lei maior, que é o caminho que todos os políticos, do Executivo, Judiciário e Legislativo, têm obrigação de trilhar - está escrito com todas as letras que um dos objetivos da nossa República é construir uma sociedade livre,

justa e solidária e promover o bem de todos. O problema é que nossos governos esquecem este compromisso e acabam por fazer parte deste sistema perverso. A determinação, já temos. Precisamos com urgência repensar a forma de atingir estes objetivos e claro que isto só acontecerá se colocarmos o ser humano no centro de tudo, que é o que deve ser, e a economia ser colocada a serviço do povo, como um modo de cuidar da casa comum. Isto não é fantasia. Eu acredito em mudanças, eu sonho com as mudanças, eu acho que elas acontecerão. Depende de nós, do povo.

**Porantim** - *Como a senhora avalia a realização dos Jogos Mundiais Indígenas no Brasil, no final de outubro, considerando a realidade dos povos atualmente?*

**Kenarik Boujikian** - É lamentável constatar que o Brasil vai gastar valores estratosféricos nos Jogos Mundiais Indígenas, que servem como uma encenação para dizer ao mundo que o país atua com políticas públicas para os povos, sendo que, na verdade, não faz o seu dever. Cansamos de ouvir que não há verbas para a contratação de profissionais efetuem os estudos necessários para realizar a demarcação. Não existe orçamento para que os povos participem da vida política do país. O governo não investe na saúde, na educação, nas medidas para a necessária demarcação das terras e gasta esta fortuna em jogos! É um tapa na cara de todos que sabem o que está acontecendo. É um verdadeiro marketing para que os brasileiros e os estrangeiros pensem que está tudo bem com os povos indígenas. O que não é gratuito, pois sabemos que outros países recebem cada vez mais informações sobre o que está acontecendo aqui. O Brasil foi recentemente avaliado pela ONU [Organização das Nações Unidas], no plano de avaliação periódica de Direitos Humanos, o que é feito de quatro em quatro anos, e recebeu várias críticas, que chegaram através de organizações civis, do Brasil, de fora e também de outros países. É claro que diversão e esporte fazem bem. Mas não é isto que representam os Jogos Indígenas e não dá para pensar neste tipo de alegria, quando não se tem seu pedaço de terra, quando seu filho passa fome, medo, frio, ou quando seu irmão, seu parente, não tem como viver com um mínimo de dignidade. ♦

“O STF não pode exigir que os povos indígenas, que representavam a parcela fragilizada naquele contexto de disputa pela terra, entrassem em guerra física. Ainda mais considerando a desproporcionalidade das forças. Entrar em guerra contra bombas, armas, tiros, metralhadoras. Só se pode exigir algo assim se não enxergar a realidade”

A transferência de 163 famílias Anacé de uma parte do território tradicional reivindicado pelo povo, altamente degradado pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), para uma reserva criada pelos governos do Ceará e federal, poderia ser analisada como mais uma vitória do capital. De certa forma, não deixa de ser verdade. No entanto, os indígenas tomaram uma decisão: reproduzir na reserva os mesmos referenciais simbólicos e marcadores sócio-identitários do território ancestral transformado em território de morte pelo capital

Fotos: Renato Santana



Retirados de suas terras tradicionais pelo próprio Estado, que atendeu aos interesses do mercado, o povo Anacé reergueu na nova reserva seu território de

# Confrontando o Estado e o

Renato Santana, Assessoria de Comunicação – Enviado a Caucaia (CE)

**S**e por um lado o Estado, subserviente aos interesses do mercado, usurpou as terras Anacé, negando direitos constitucionais, por outro não conseguiu retirar do povo a noção de territorialidade e dos valores espirituais agregados. A reserva tornou-se um território de resistência e para lá os Anacé seguirão a partir deste mês de agosto.

O que se coloca é um conflito paradigmático e ideológico: enquanto a cerca de 40 km de Fortaleza, no município de Caucaia, os Anacé (re)territorializam a vida, o capital territorializa a morte com empreendimentos na esfera do CIPP. Trata-se da vida comunitária, livre e autodeterminada resistindo à tentativa de captura do Estado, à exploração trabalhista, à armadilha assistencialista, à dependência, à lógica do capital. O conflito da territorialidade da vida *versus* a territorialidade da morte, que gera uma tensão de territorialidades, é o pano de fundo de uma história que no último mês de março ganhou mais um capítulo: uma surpreendente retomada numa outra parte do território indígena Anacé, que aguarda a conclusão do procedimento demarcatório.

Essa negativa dos Anacé à lógica do capital, porém, foi construída num processo doloroso ao povo. Em 2009 e 2010, a Fundação Nacional do Índio (Funai), provocada pelo Ministério Público Federal (MPF), abriu um Grupo de Trabalho (GT) para identificar e posteriormente demarcar o território reivindicado pelos Anacé. Naqueles anos, os grandes projetos no escopo do CIPP estavam em alta. Conta-se como chacota que, em 2004, a então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff quase atirou o então presidente da Funai, Márcio Meira, de um helicóptero questionando em que lugar, naquele território, existiam indígenas. O resultado do GT da Funai foi desalentador: a região das aldeias Matões e Bolso não poderia ter a

tradicionalidade comprovada por conta da degradação provocada pelos empreendimentos do CIPP. A área das aldeias de Japua e Santa Rosa, ao contrário, foi identificada como tradicional – ela está a 12 km do CIPP, mas na área de impacto dos empreendimentos. Ou seja, uma parte do território foi considerado tradicional pelo Estado; a outra, não.

“A decisão de negociar a reserva não foi fácil [leia texto nesta página], mas depois que decidimos ir, estabelecemos critérios. Matões e Bolso iriam continuar tendo esses nomes, a reserva teria o nome da terra indígena e a disposição geográfica, contando vizinhança, o local da escola e do posto de saúde, as roças, as plantações, tudo, seria reproduzido lá. O governo queria dar um outro nome, organizar tudo do jeito deles. Dissemos que não. Foi uma briga, mas vai ser do nosso jeito”, explica Francisco Ferreira de Moraes Júnior, conhecido no movimento indígena como Júnior Anacé. Assim esperam reconstruir a territorialidade.

A escola indígena será realocada. A estrutura atende às crianças indígenas das aldeias Matões e Bolso, além dos filhos das mais de 5 mil pessoas que chegaram ao território indígena por conta dos empreendimentos do CIPP. “Aqui é uma região de gente que morreu para deixar suas terras. Não é de hoje tais mudanças, tal violência. Na escola trabalhamos isso, mas dói para todos e todas. As crianças e jovens vão deixar para trás suas relações. Na reserva teremos de reconstruir esse lado, porque foi nesse território que estabelecemos os vínculos”, analisa Ângela Maria Moraes Souza Anacé, secretária da escola. Uma das principais lideranças do povo, Ângela foi bastante ameaçada e acredita que na reserva os Anacé conseguirão resistir mais e melhor ao que governos e empresas fazem na região. A reterritorialização da vida Anacé perpassa a intersubjetividade, não aniquilada pela colonialidade do poder estatal.

## Complexo do Pecém e a decisão de ir para a reserva

O território Anacé passou a ser invadido por grandes empreendimentos a partir da pedra fundamental do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), encravada no território em 1994, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Inicialmente o CIPP foi projetado para ocupar 12.500 hectares. Com o passar dos anos, chegou a 33 mil hectares. Para a sua implementação quatro estradas foram abertas, rasgando o território indígena. Na sequência, e sobre 1.400 hectares, construíram a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que chamaram de Zona de Processamento e Exportação (ZPE) e que a cada ano cresce mais com novas empresas e indústrias. Nela está prevista a construção de uma refinaria da Petrobras, cujas obras devem ser retomadas em meados de 2016, e de mais uma termelétrica de carvão mineral, para abastecer a CSP.

Além disso, na parcela ocupada pelo CIPP, existe um parque eólico. Duas pedreiras destroem os morros sagrados Anacé para alimentar as construções do complexo com pedras, britas para concreto, pó de pedra. “Quando a Funai informou que na parte onde está Matões e Bolso não poderia se comprovar a tradicionalidade, por conta da degradação promovida pelo CIPP, além da chegada da refinaria da Petrobras, as famílias afetadas pelos empreendimentos passaram a ser indenizadas e a receber casas do governo em outros lugares, longe e perto do local em que ainda estamos hoje. Começa aí um momento muito difícil pelo qual passamos e que foi fundamental para terminarmos reconstruindo a vida na reserva”, explica Júnior Anacé.

A organização social do povo Anacé, composta pelo cacique e pelas lideranças, posicionou-se contra a saída do território e as indenizações. O objetivo era lutar pela demarcação do território, contestar a Funai. “A gente sabia





resistência

# Capital

que realmente o território estava degradado, só lá para a Japuara que estava melhor. Mas a gente sabia também que tinha pressão política por trás. Pecém era uma prioridade do governo, um porto com bom calado, melhor posicionado que os portos do Sul, e a possibilidade de ser um complexo com aço, combustível”, diz Júnior. Os Anacé decidiram ir para a guerra. Em 2010, os povos indígenas do Ceará fizeram um encontro no território Anacé para fortalecer a luta contra o CIPP. Dali por diante, ameaças de morte e emboscadas se tornaram constantes.

“As empresas mandavam representantes para negociar as indenizações. Diziam que quem se dissesse índio ali ia perder. Famílias inteiras do nosso tronco passaram a negar a identidade, colocando até placas nas portas de que naquela casa não tinha índio. Pistoleiros me esperavam aqui e acolá. A minha cabeça e a das lideranças valiam dinheiro em vários lugares aqui da região. Os advogados das empresas diziam assim, para quem quisesse ouvir: só é índio quem come besouro, carne crua e anda nu. Nesse processo muitas famílias aceitaram as indenizações, casas”, conta Júnior. As empresas prometiam dinheiro; o governo, casas. Então, com o dinheiro, as famílias compravam carros, geladeiras, televisores enquanto esperavam as casas do governo. “Aconteceu que o dinheiro acabou e o governo quando deu as casas, deu em lugares distantes, sem possibilidade de botar um roçado ou, então, embaixo da chaminé da termoeletrica, a MPX. Essas famílias passaram a vivenciar um verdadeiro inferno”, revela Júnior.

Essas famílias, sem outras possibilidades de vida, convivem com doenças respiratórias e a pobreza. Em outros três ou quatro assentamentos, a vida de dificuldades impede

a tranquilidade que se tinha no território tradicional. Além disso, o povo Anacé se enfraqueceu para enfrentar a luta pela totalidade do território. No decorrer dos anos, mais de 5 mil forasteiros passaram a viver no entorno ou até mesmo nas aldeias Matões e Bolso, por conta do CIPP. Assassinatos, drogas, assaltos, exploração sexual de adultos, crianças e adolescentes, estupro e brigas tornaram-se parte do cotidiano dos Anacé. Muitas meninas do povo foram embora com os peões que por ali apenas passavam uma ou duas temporadas. Tais fragilidades não permitiram a reversão do relatório da Funai e a única saída para os indígenas de Matões e Bolso foi a negociação da reserva.

“Para fazer a reserva, a conta foi: 346 hectares eram de uma fazenda, que o governo estadual comprou e repassou para a União. Os outros 200 hectares eram públicos já. No total, 546 hectares. A reserva tem ao sul a Terra Indígena Tapeba; ao norte fica a terra tradicional Anacé, comprovada pela Funai. Entre a terra e a reserva só há duas fazendas”, conclui Júnior Anacé.

## Na aldeia Japuara, a 1ª retomada Anacé

As aldeias Japuara e Santa Rosa integram a Terra Indígena Anacé, plausível à demarcação conforme o entendimento do GT de 2009 e 2010, da Funai. O procedimento está paralisado, todavia. Por conta disso, parte do território vem sendo devorado por pedreiras e um residencial ironicamente chamado Japuara, erguido pelo político Ernani Viana, além de estar ocorrendo uma corrida às vendas clandestinas de lotes dentro da terra indígena.

“Por isso, em março, decidimos começar a retomar nossas terras. Começamos por três hectares”, explica o cacique do povo Anacé, Antônio Ferreira da Silva. Como decorrência, o cacique acabou detido por um coronel da Polícia Militar que se dirigiu ao local da retomada para expulsar os indígenas. “Chutaram as panelas de comida, me algemaram. A delegada me disse que também poderia ser índia, querendo dizer que nós não éramos índios”, conta o cacique. De acordo com relatos publicados na imprensa na época, a Polícia teria destruído o acampamento e mulheres e crianças foram tratadas com truculência.

Na retomada da Japuara, há plantações e uma escola foi iniciada embaixo de um cajueiro. “Na escola municipal, um professor pegou uma esponja para tirar a pintura corporal de uma criança, alegando que não era de Deus. Essas humilhações, não queremos mais passar. Como jovens, queremos uma escola indígena diferenciada. A diretora não quis colocar os indígenas no censo escolar alegando que aqui não tem

índio não”, destaca Welton Rodrigues Anacé. Ironicamente, o nome da escola é uma homenagem ao seu avô, Escola Municipal Raimundo José dos Santos. Welton lidera os mais jovens “que deverão continuar com essa luta. Nossas lideranças são de idade e precisamos estar preparados para quando elas nos faltarem”.

Uma delas é José Tibúrcio Moraes Anacé, de 66 anos. “Trabalhei nessas terras e quando caçava um preá tinha que dar para o fazendeiro porque ele dizia que estava nas terras dele. Criava dívidas para a gente, da comida, por exemplo, e nunca conseguíamos pagar. O engraçado é que a demarcação pegou as terras que eles deixaram para os filhos. Éramos escravos em nossas próprias terras”, pensa Tibúrcio Anacé. Com 54 anos, Adriano Damasceno Lima traz consigo o ensinamento deixado pelo pai: “Falava: Adriano, não queira saber o que é a humilhação de um rico. Lute para não ser cativo, lute pela sua liberdade. Viver humilhado debaixo dos pés de um rico é a desgraça. Por isso estou nessa luta, para o que der e vier. Quero a liberdade para o meu povo”.

Os indígenas listam quase 20 lagos fechados por invasores, como o político Ernani Viana, além de desmatamentos. O Morro do Chapéu, sagrado ao povo, está quase pela metade devido à ação de uma pedreira, ironicamente também chamada de Japuara. “Comecei a luta depois que sonhei que o povo estava de mãos dadas e impedido de passar por uma das dunas que está dentro do nosso território. Escrevi um folheto de cordel sobre esse sonho e passei a organizar o povo. Só vamos parar com todo o território nas nossas mãos, sem invasores”, diz o cacique Antônio.

Mesmo com a Funai confirmando a tradicionalidade do território que compreende as aldeias, a Câmara Municipal de Caucaia pretende transformar a terra em área urbana. Conforme informações apuradas pela reportagem, Ernani Viana tem usado sua influência política para garantir que o residencial que ergueu dentro de terras públicas e tradicionalmente ocupadas pelos indígenas seja legitimado.



## O milagre de São João

Junho e julho de 1997, época de festa junina em todo o Nordeste e no país. Fundo e além da espiral gradativa dos fatos envolvendo o silêncio de um povo indígena no litoral do Ceará, um “menino veio das canela fina”, de 16 anos, metade da idade que tem hoje, decidiu organizar uma quadrilha junina. Seriam 16 casais da escola Paulo Ferreira, em Caucaia, cidade litorânea no limiar de Fortaleza. O trabalho árduo, envolvendo a confecção das roupas, o enredo, os ensaios, chegava permeado pela elaboração de uma narrativa junina, impreterivelmente necessitada dos elementos da tradicionalidade local que nem mesmo o silêncio de uma gente a “esconder as coisas de índio” conseguia disfarçar. Na época da festa, a memória aflorava clarividente como uma fogueira incendiada de São João e desaguava nos terreiros “ilumiados” pela lua, onde a convivência comunitária alimentava a chama de como se entendiam desde há muito tempo: povo Anacé. O medo nessas horas se perdia entre as lembranças perigosas. Aí que entra o burrinho do “menino veio das canela fina”.

O menino passou a tentar organizar essas histórias surgidas nos momentos de conversas no terreiro. Percebia nelas uma forma de levantar o que de fato a comunidade a qual pertencia era. Lembrava do avô assustado, falando baixo as palavras “índio” e “Anacé” e dando a toda família ordens para esquecer tais conversas. Sobre o lombo de um burrinho, o menino ia de casa em casa conversando com os mais velhos a pretexto de saber como eram os festejos juninos de antigamente, como se vestiam, como eram as casas, o que comiam, se pescavam ou caçavam. Sem perceber, os anciãos falavam de tempos vividos sob tetos de palha, com comida farta nas roças, nos rios e nos matos, e de quando passaram a fazer roupas com sacos de açúcar, tingidas dentro de um timbó pela casca do



Para recuperar um modo de vida digno e vinculado ao sagrado e aos seus valores tradicionais, há cinco meses, os Anacé retomaram parte de seu território originário

cajueiro azedo. Se recordavam, esses velhos e velhas, de que faziam o reisado, dançavam o São Gonçalo e uma “dança de doutrinas encantadas” – o Toré. O “menino veio das canela fina”, chamado Francisco Ferreira de Moraes Júnior, passou a ser conhecido desde então como Júnior Anacé.

Diante do fato dos brancos terem assassinado secularmente os Anacé, lançando-os num exílio existencial sobre o próprio chão tradicional do povo, não seria leviano dizer que o ressurgimento deste povo aconteceu no festejo popular, religioso e tradicional, como uma espécie de milagre de São João, tampouco como fio condutor do autorreconhecimento e, sobretudo, do fim da ditadura do medo. Todo esse processo conduzido no lombo de um burrinho por um “menino veio das canela fina”. “Os mais velhos diziam para mim que não eram índios, mas todas as histórias eram de índios. Quando falavam sobre os tempos atuais, repetiam que os brancos chegaram, os brancos mataram, os brancos roubaram”, explica Júnior. No começo não foi simples. Júnior andava com um caderno preto recolhendo as assinaturas de quem decidia assumir publicamente a identidade de Anacé e compor a organização social do povo. “O medo ainda era grande. Eu dizia que o tempo dos coronéis tinha ficado para trás. Agora existiam leis, muita gente que nos apoiava e que poderíamos reivindicar o território que foi tomado dos índios”, lembra. O processo foi longo, mas nem tanto.

Os vilarejos de Matões e Bolso, locais em que se concentram famílias Anacé, passaram a aldeias. Num outro canto do território tradicional, mais Anacé se ergueram nas aldeias Japua e Santa Rosa. Com a intensificação da megalomania desenvolvimentista por cada vez mais mega empreendimentos no território indígena, ancorados pelo Porto do Pecém, “o formigueiro se assanhou. Em 2008, a Funai montou um Grupo de Trabalho e nos identificou como povo”, conta Júnior. Hoje são 519 famílias compondo um universo de 2.058 Anacé.

## Comunidade, liberdade e autodeterminação

“Aqui ninguém era dono de nada e todo mundo era dono de tudo. Era uma comunidade muito bonita. Branco rico chegou e se apossou de tudo e todo mundo que aqui estava seguiu dono de nada”. A fala é de um senhorzinho de 70 e poucos que deseja viver mais que o pai, morto aos 82 anos. Antônio Freire de Andrade Anacé nasceu e se criou no território. Irá para a reserva agora em agosto. Está ansioso. “Sabe, meu pai me disse: isso aqui é tudo terra de Anacé. Eu não estarei vivo para ver, mas você verá o dia em que deixará de ser e todos terão de sair. Chegou esse dia. Não acho que foi adivinhação não. Meu pai tinha muita conversa com os encantados, sabia das doutrinas, e viu o começo da chegada do branco”, diz Antônio.

O indígena lembra de tempos onde todos tinham espaço para o roçado, andavam pelas matas, partilhavam histórias e comida. “Nós nunca dizíamos que a terra era nossa, ninguém se dizia dono. Branco é ambicioso, precisa ser dono. Foram se chegando e o nosso espaço encurtando até virar um quintal cercado. Cada um com o seu. O mundo que se tinha virou um quintal”, conta. Antônio Anacé também fala em liberdade como vida em comunidade, em paz, plena de solidariedade e partilha. “Uma vez, um vizinho de meu pai, que também era Anacé, ficou doente durante meses. Nesse meio tempo a comunidade guarneceu a família dele com comida



*Os Anacé recordam-se de um tempo em que a vida comunitária era sinônimo de liberdade: contavam histórias no terreiro, celebravam a vida, andavam pelo mato, colhiam plantas medicinais, tinham casa de farinha, mel de engenho, roça*

e quando esse índio ficou bom tinha era um roçado prontinho para ele trabalhar, que os vizinhos mantiveram para ele”, recorda. A esperança é que ao ir para a reserva, afastada da parte do território tradicional contaminada pelo desenvolvimento, a liberdade seja restabelecida; a liberdade da vida em comunidade.

Valdelice Ferreira de Moraes Anacé, mãe da liderança Júnior Anacé, também se recorda de um tempo em que a vida comunitária era sinônimo de liberdade. Hoje afirma que as casas, de alvenaria, possuem grades em janelas, portas. “Sentar no terreiro e contar histórias. A gente tinha casa de farinha, de mel de engenho e rapadura, frutas e roças. Andávamos pelo mato, colhíamos plantas medicinais, que aqui curava qualquer doença. Tudo isso acabou. Ir para a reserva pode trazer um pouco disso de volta”, afirma. Valdelice diz que não vai para a reserva de coração, mas por obrigação. “Aqui a gente já achou urnas funerárias, potes. Tudo enterrado. Era dos nossos antepassados. Tem esse lado que entristece. O outro lado são as famílias que decidiram ficar, não ir para a reserva, e abandonaram a identidade Anacé. Essas empresas e o governo destruíram parte da gente, porque somos parentes, todos Anacé. Eles quebraram nosso vínculo. Convenceram parte da nossa gente de uma mentira. Nada disso que estão construindo é para o pobre, o índio. É para o rico, para os poderosos. Dá uma tristeza no peito, nossa. A gente se comunicava por sonhos, tamanha era a ligação”, ressalta.

Para a indígena, o medo foi o grande vilão. Se antes eram os coronéis, hoje são os homens de terno e gravata. Chegaram dizendo que país afora índio era quem se suicidava, era quem brigava com todo mundo, era quem sofria. Não era bom negócio ser índio. “Quando a esteira de carvão da termelétrica começou a funcionar, meu Deus, eu só fazia chorar porque a gente ia ter que ir embora. Ao mesmo tempo cada vez mais famílias se convenciam do discurso das empresas e não queriam mais assumir a identidade Anacé. Meu filho (Júnior), ameaçado de morte. Não tivemos saída. O governo deixou que colocassem a faca no nosso pescoço”, diz Valdelice. A reserva, então, tornou-se um lugar para a reconstrução de vínculos comunitários, da liberdade e da vida.

## Cidades encantadas viram brita e concreto

Existem cidades indígenas encantadas, entre dunas e praias atlânticas, espalhadas por todo o território Anacé, seja na parte em que acontece o processo de demarcação, seja na parte degradada e ocupada de forma irremediável pelos grandes empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Essas cidades, porém, estão se acabando pelas explosões das pedreiras que dinamitam os morros para obter pedra para concreto, brita, pó de pedra. Tudo para as construções do CIPP. Morro do Sirica, Morro do Caiaconga, Morro do Chapéu, à beira mar, onde existem vários locais apontados pelos Anacé como cidades encantadas. Lugares sagrados para o povo, repletos de vida sobrenatural.

Antônio Anacé conta que havia um indígena chamado João Cego que, de fato, não enxergava. Conhecido como curandeiro e rezador, João era, na verdade, um pajé. “Vivia por esses morros, pelas cidades encantadas. Ele conversava com os encantados. Era um sujeito muito sábio e tinha uma reza poderosa. Meu pai gostava muito dele, aprendia com ele”, lembra Antônio. Nessas cidades, Antônio lembra que os Anacé, mesmo sem se identificarem assim, também dançavam o Toré, sempre escondido e de forma reservada.

O indígena lembra de uma história. Ainda jovem, em travessura com a irmã mais nova, se perdeu no Morro da Sirica. A maré alta subiu, de modo que eles não podiam voltar. O jeito foi subir o morro. “Chegamos bem na caverna onde começa a cidade encantada. A noite tinha caído. Éramos crianças e não sabíamos de nada. Minha irmã pegou um cigarro meu e começou a fumar. Eu chorava. Meu pai estava em casa muito preocupado e um encanto chegou a ele e disse que estávamos lá na cidade (Sirica), e a menina estava com uma tocha na boca. Assim meu pai pôde nos resgatar”, conta. Adelino Freire de Andrade, pai de Antônio, era também pajé, e levou o filho a cada uma das cidades encantadas. ♦

# Dois antagônicos caminhos

O Bem Viver apresenta outra perspectiva civilizatória e faz uma crítica radical ao sistema capitalista, denunciando as relações de dominação, exploração, acumulação e sua inviabilidade enquanto projeto de futuro

*Guenter Francisco Loebens, Coordenação do Regional Norte I*

São cada vez mais fortes e evidentes os sinais da natureza de que algo de muito errado acontece no mundo dos seres humanos. As mudanças climáticas em curso - caracterizadas pelo aumento da temperatura no planeta, por eventos naturais extremos que se repetem num espaço de tempo cada vez menor (fortes secas, inundações, terremotos), pelo degelo das calotas polares, pelo aumento do nível dos mares, pelas alterações no regime das chuvas em diferentes regiões do planeta (como, por exemplo, a seca no Sudeste em consequência do desmatamento do Cerrado, da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica) - evidenciam que o cuidado com a Mãe Terra e a Criação foi deixado de lado.

Mas não é só a relação com a natureza que vai mal e resulta em trágicas consequências. Também a relação entre os humanos, notadamente entre os da civilização ocidental, é um desastre. Como explicar que uma minoria usufrui de uma quantidade enorme de bens e riquezas, muito além do que necessita e os acumula ilimitadamente, enquanto há bilhões de pessoas que não têm o suficiente para viver dignamente, inclusive passando fome.

Este é o resultado do “desenvolvimento”, da perspectiva do crescimento econômico ilimitado, modelo que reproduz a desigualdade social há séculos e é intrinsecamente depredador da natureza. Este modelo chegou ao continente americano com a violenta conquista colonial. Com um grande aparato ideológico, que tem como seus canais principais de difusão e assimilação a “grande” mídia, instituições escolares e igrejas cultivadoras da fé individualista, continua colonizando mentes e corações para se reproduzir vendendo a ilusão de que todos e todas, senão hoje, amanhã conseguirão alcançar as condições de vida que almejam. O sistema usa a ciência e a tecnologia como ferramentas para apresentar soluções diante das crises, que se repetem seguidamente e abrem novas oportunidades para bons negócios. É o que acontece atualmente, por exemplo, com o mercado de carbono, que não enfrenta as causas da crise ambiental mas, à custa dela, cria um ambiente favorável para o enriquecimento de alguns.

O Bem Viver faz uma crítica radical ao sistema capitalista denunciando as relações de dominação, exploração, acumulação e sua inviabilidade enquanto projeto de futuro. Ele apresenta outra perspectiva civilizatória, inspirada na cosmologia e nas tradições dos povos andinos, Quéchuas e Aymaras, e de outros povos indígenas, que tem como fundamentos centrais a vida baseada na harmonia entre o material e o espiritual, consigo mesmo, com os demais e com a Mãe Terra. Os bens materiais, portanto, não são os únicos elementos que condicionam as ações humanas e deixam de ser o objetivo final.

Segundo o chanceler boliviano David Choquehuanca, do povo Aymara, para eles não existe uma situação anterior ou posterior de subdesenvolvimento e desenvolvimento como condição para se chegar a uma vida desejável, como ocorre no mundo ocidental. A noção de desenvolvimento,

enquanto perspectiva de vida, é uma noção estranha aos povos indígenas.

“O desenvolvimento que vocês falam em nos dar não é o mesmo que conhecemos. Vocês falam em devastar a nossa terra-floresta para nos dar dinheiro, falam que somos carentes, mas esse não é o desenvolvimento que conhecemos. Para nós, desenvolvimento é a terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida” (Davi Kopenawa Yanomami e Posição da Hutukara Associação Yanomami sobre a mineração em terras indígenas, 2014).

O desenvolvimento, preconizado pelas sociedades ocidentais, como demonstra a história da colonização, é uma violência sistêmica à filosofia e à vida dos povos indígenas. A resistência, vital para os povos indígenas, é atacada ferozmente e motivo de manifestações de desrespeito e discriminação de governantes e políticos, que os consideram “entraves aos investimentos” (ex presidente Lula) ou “tudo que não presta” (deputado federal Luis Carlos Heinze).

Com um olhar descolonial é possível perceber que os povos indígenas e outros povos não ocidentais tiveram

“O desenvolvimento que vocês falam em nos dar não é o mesmo que conhecemos. Vocês falam em devastar a nossa terra-floresta para nos dar dinheiro, falam que somos carentes, mas esse não é o desenvolvimento que conhecemos. Para nós, desenvolvimento é a terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida”



seus conhecimentos e suas formas de organização e de vida desprezados e desqualificados pelo que tinham de melhor em termos éticos, morais, de conhecimentos e de vida em sociedade.

O debate em torno do Bem Viver, ainda incipiente no Brasil, mas que avançou muito em outros países latino-americanos, vem desmascarando o conceito do desenvolvimento enquanto uma aspiração inquestionável de todos e todas, alertando para a contradição que lhe é inerente, de desarmonia com a natureza, de reprodução da desigualdade social e, portanto, de não envolvimento (des-envolvimento).

O Bem Viver foi incorporado às Constituições dos Estados Plurinacionais do Equador e da Bolívia como novo paradigma, referencial maior, dos seus projetos políticos, a ser alcançado com a superação de todas as formas de dominação e colonização e através de “uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza”.

Diante dos sinais cada vez mais evidentes da inviabilidade socioambiental do desenvolvimento capitalista, advindos do contexto de crise em que vivemos, a perspectiva do Bem Viver em construção, também presente na visão e nas iniciativas de inúmeros grupos, setores e organizações e mesmo de Estados do mundo ocidental, passa a constituir-se como alternativa para assegurar o futuro da humanidade.

Olhando para o contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988, como fruto das lutas dos setores populares, constituiu algumas bases para a reconstrução do Estado, após a ditadura militar, e impulsionou um vigoroso movimento de mudança, de radicalização da democracia, por justiça social, desconcentração de bens, reforma agrária, pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural e biológica e pela afirmação dos direitos coletivos e das minorias.

Neste cenário, os povos indígenas em sua teimosa resistência, assim como as comunidades tradicionais, ganharam aliados importantes, obrigando o sistema a fazer concessões, principalmente quanto ao direito à terra/ao território e ao usufruto e uso dos recursos naturais.

Hoje o momento é outro, de retrocesso. O crescimento econômico ilimitado voltou a ser a agenda prioritária do país. Em seu nome violam-se os direitos humanos e promove-se a superexploração da natureza. A ordem é desconstruir os direitos das comunidades tradicionais, dos povos indígenas, dos trabalhadores e da natureza para criar um ambiente favorável aos negócios. Essa opção respaldada por uma força política conservadora

é absurdamente irresponsável porque destrói as condições que até agora tem assegurado minimamente um ambiente favorável à vida.

A Mãe Terra, explorada e mercantilizada ao extremo, vem emitindo sinais de insatisfação, cada vez mais fortes. Também os cientistas alertam sistematicamente sobre esta perspectiva suicida. Quanto mais cedo a humanidade se der conta desta loucura, maiores as chances de não ser eliminada do planeta. ♦

## CNJ recomenda conclusão das demarcações no MS e condena violência de fazendeiros

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou em meados de junho um relatório onde recomenda a conclusão dos procedimentos demarcatórios das terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Com base nas leis vigentes, envolvendo a Constituição e tratados internacionais, o Conselho também faz propostas complementares para auxiliar na resolução dos conflitos fundiários, responsáveis pela violência contra os indígenas, rechaçando teses como o marco temporal. Minucioso, o trabalho, iniciado no 1º semestre de 2011, foi executado pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul, que realizou reuniões, seminários e visitas às comunidades.

“Com uma Constituição em plena vigência (...) não se pode conceber que haja resistência contra o cumprimento da Lei Maior”, afirma trecho do relatório. Os trabalhos da comissão demonstram que “mesmo após históricas decisões do Supremo Tribunal Federal reafir-

mando o direito à demarcação com o estabelecimento de critérios para o procedimento, inclusive impondo várias limitações ao próprio direito reconhecido, os atos de violência não cessaram, ao contrário foram acirrados ao ponto de ceifar vidas, o que não pode ser admitido”. Durante a atuação da comissão, assassinatos contra indígenas, ameaças e atentados não deixaram de ocorrer, caso de Oziel Terena, durante ação de reintegração de posse, e Nísio Guarani e Kaiowá, em ataque de pistoleiros.

O CNJ lembra que na promulgação da Constituição foi estipulado um prazo de cinco para que as terras indígenas fossem demarcadas. “Passados mais de vinte anos da promulgação da Carta da República, a determinação do Constituinte ainda não foi cumprida, e quando são sinalizadas algumas providências concretas visando tornar efetiva a norma constitucional, alguns setores da sociedade e indígenas deflagram um movimento de confronto e de resistência que está tomando rumos bastante preocupantes”, diz trecho do relatório.



CNJ: “O ‘justo título’ tantas vezes invocados pelos atuais ocupantes dessas terras não serve para descaracterizar a área como terra indígena de ocupação tradicional. Porém, e ao mesmo tempo, ao Estado incumbe o dever de reparar integralmente os atuais proprietários rurais

## Procurador responsabiliza MJ por agravamento dos conflitos no MS

Assessoria de Comunicação MPF/MS

O Ministério Público Federal (MPF) do Mato Grosso do Sul publicou no dia 26 de junho uma nota oficial em que esclarece as ações realizadas pela instituição para minimizar o conflito fundiário nas terras indígenas Kurusu Ambá e Guaiviry, nos municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira.

Para o procurador da República Ricardo Pael Ardenghi, do MPF em Ponta Porã, a omissão do Ministério da Justiça em demarcar terras em Mato Grosso do Sul e a demora em autorizar a presença da Força Nacional nas áreas em conflito foram os principais agravantes para o clima de tensão na região. “A responsabilidade pelo conflito fundiário é toda do Ministério da Justiça. O processo demarcatório de áreas indígenas em MS, fruto de um TAC entre Funai e MPF, está paralisado desde meados de 2013, com a instauração da mesa de negociações pelo ministério. Tal mesa não avançou na resolução de nenhuma das dezenas de áreas em disputa no estado entre índios e fazendeiros, e ainda paralisou o estudo de identificação das demais áreas”, afirma o procurador.

## Líder Munduruku denuncia usinas em reunião da ONU

Movimento Xingu Vivo para Sempre

Em um evento paralelo à 29ª Reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no dia 24 de junho, o líder indígena Ademir Kaba Munduruku denunciou o agravamento de abusos de direitos indígenas pelo governo brasileiro na sua corrida para construir uma quantidade sem precedentes de hidrelétricas na Amazônia. Grande parte de sua crítica teve como enfoque as repetidas violações dos direitos dos povos indígenas a processos de consulta e consentimento livre, prévio e informado sobre barragens que teriam consequências devastadoras para seus territórios e meios de vida.

Ademir também condenou a recusa do governo brasileiro de demarcar um território Munduruku conhecido como Sawre Muybu, que sofreria inundações pela mega barragem São Luiz do Tapajós. As exigências do líder Munduruku foram reforçadas por uma sentença da Justiça Federal, emitida uma semana antes da realização do evento, que ordena a administração da presidente Dilma Rousseff a abster-se de emitir uma licença ambiental para o empreendimento na ausência de consulta prévia com os povos indígenas e outras comunidades ameaçadas.

## CIDH condena assassinatos de indígenas no Brasil

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), divulgou uma nota no início de junho cobrando que as autoridades brasileiras investiguem e punam os culpados pelos três assassinatos de indígenas defensores de direitos humanos no Maranhão e na Bahia, que aconteceram no período de uma semana entre os meses de abril e maio. Eusébio Ka'apor foi morto em 26 de abril no território indígena Alto Turiaçu, em Maranhão; Adenilson da Silva, um agente indígena de saúde do povo Tupinambá foi morto em 1º de maio, em Serra das Trempes, no estado da Bahia, e Gilmar Alves da Silva foi morto em 3 de maio quando andava de moto em direção à cidade de Pambú, no território indígena Tumbalalá, também na Bahia. Até o momento nenhuma pessoa foi presa por nenhum desses crimes.

## Papa Francisco denuncia ataques contra os povos indígenas em Encíclica sobre Ecologia

O Vaticano divulgou no dia 18 de junho, a nova Encíclica sobre ecologia intitulada “*Laudato Si. Sobre o cuidado com a casa comum*”. No texto, o Sumo Pontífice da Igreja Católica trata da deterioração ecológica promovida pelo capitalismo, afetando de forma trágica os mais pobres, e critica com firmeza os ataques sofridos pelos povos indígenas e o consequente cerceamento dos direitos ancestrais, legais e humanos imposto a estas populações.

“Não são uma simples minoria, entre outras, e devem ser os principais interlocutores a todo momento em que se avançar sobre suas terras os grandes empreendimentos”, afirma o Papa Francisco na Encíclica. No Brasil, a consulta prévia é um direito conquistado que os povos indígenas ainda lutam para garantir na prática – e na Justiça. Na opinião de Francisco, os países em desenvolvimento possuem grandes reservas de biosfera, mas seguem alimentando os países mais ricos em detrimento de suas populações.

Conforme o Papa destaca na Encíclica, “para os indígenas, a terra não é um bem econômico, mas

sim um dom de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual necessitam interagir para sustentar a identidade e os valores”. No texto, Francisco afirma que são os povos indígenas que melhor cuidam do meio ambiente quando são mantidos em seus territórios.

O agronegócio não passou despercebido pela Encíclica papal. Francisco criticou a retirada forçada dos povos indígenas de suas terras para dar lugar aos monocultivos que depredam o meio ambiente e a pluralidade de nações. “Sem embargo, em toda parte do mundo, são alvos de pressão para que abandonem suas terras a fim de deixá-las livres para projetos extrativistas e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura”, diz Francisco.

Para o Sumo Pontífice, falta coragem na política internacional para enfrentar tais ataques. “A submissão da política à tecnologia e à finança demonstra-se no falhanço das cimeiras mundiais sobre o meio ambiente”, escreve o Papa na Encíclica.

# Pistoleiros atacam Kurusu Ambá e crianças ficam desaparecidas por 8 dias

Assessoria de Comunicação

Cerca de 30 fazendeiros atacaram a tiros, em uma ação paramilitar, a retomada de uma área que compõe o território tradicional reivindicado pelo povo Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá, no cone sul do Mato Grosso do Sul. Os ataques aconteceram no dia 22 de junho, logo após a retomada, e na manhã e tarde do dia 24. O ataque ocorreu porque a Polícia Federal não cumpriu o acordo intermediado pelo Ministério Público Federal (MPF) e não acompanhou os fazendeiros que se dirigiram para a fazenda Madama, onde ocorreu a retomada, com o intuito de seguir com a retirada de pertences.

Enquanto eram atacados a tiros, e em meio ao fogo nos barracos, a destruição de pertences pessoais e caminhonetes manobradas de encontro a eles, os cerca de 60 Guarani-Kaiowá do acampamento se dispersaram, em fuga. Na correria, Geremia Lescano Gomes, de 14 anos, e Tiego Vasques Benites, de 12 anos, desapareceram. Apenas oito dias após o último ataque, em 2 de julho, as duas crianças foram encontradas por indígenas da aldeia Taquapery, no município de Coronel Sapucaia, a 20 km da retomada na fazenda Madama. Elas estavam debilitadas, com fome, sede e bastante cansadas. Desde 2007, mais de dez lideranças



"Temos direito de ter nossa terra, de garantir vida melhor pras crianças. Kurusu Ambá já teve criança que morreu de fome", afirmou liderança Guarani-Kaiowá

ças indígenas morreram durante retomadas em Kurusu Ambá.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou a organização internacional a situação de crise humanitária que ocorre com o povo Guarani-Kaiowá. Segundo a organização, a paralisação das demarcações gera insegurança jurídica e, como consequência, violência contra os indígenas.

## Comissão de Direitos Humanos e Minorias visita aldeias no MS

Para verificar a real situação dos mais de 45 mil Guarani-Kaiowá que vivem no Mato Grosso do Sul, uma comitiva formada por representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, do Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal, Secretaria de Direitos

Humanos da Presidência da República, Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) se reuniu com membros de mais de 20 aldeias indígenas no início de junho. Às autoridades, foram relatados os casos de indígenas assassinados por jagunços na região, ameaças

de morte a lideranças, omissão das autoridades policiais civis e militares e do Poder Judiciário. Também foram feitas reivindicações pela demarcação das terras e melhores condições para saúde, educação e segurança.

Os pontos mais críticos de violência são nas áreas de reto-

mada, locais que, originalmente, pertenciam aos indígenas, e de onde eles foram expulsos pelo governo brasileiro entre as décadas de 1940 e 1970. Segundo os indígenas, a demarcação das terras seria a solução para o fim da violência e para que as comunidades pudessem viver em paz.

## Ocupação do Incra/MA e greve de fome são encerrados com vitórias

Assessoria de Comunicação

A ocupação da sede da Superintendência do Incra, em São Luís (MA), onde se estabeleceu o Acampamento Bem Viver, além da greve de fome sustentada por oito pessoas durante quase dez dias, foram encerradas no dia 21 de junho com vitórias, conforme a avaliação dos integrantes do movimento. Cerca de 48 horas depois do encerramento, a presidente Dilma Rousseff assinou dez decretos de regularização fundiária quilombola, sendo dois no Maranhão - comunidades de Charco e Santa Rosa -, um acordo foi firmado com o Incra que prevê para o 2º semestre de 2017 a conclusão de 70 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação e a Funai, atendendo os Gamela, visitou a comunidade no início daquela semana para encaminhar as demandas reivindicadas pelo povo.

Tanto o acampamento quanto a greve de fome foram puxadas pelo Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) e contaram com a participação de indígenas Gamela, camponeses, extrativistas e apoiadores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

## Ministros do STF recebem memorial sobre TI Limão Verde

Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação

Um memorial sobre a situação fundiária da Terra Indígena (TI) Limão Verde, no Mato Grosso do Sul, foi entregue aos ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Celso de Mello e Teori Zavascki, da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 10 de junho, por advogados do Cimi.

O documento demonstra a nulidade da decisão proferida em dezembro de 2014 e publicada em fevereiro deste ano pela 2ª Turma, que, sob relatoria de Teori Zavascki, declarou a inexistência da ocupação indígena na área e anulou a homologação da TI Limão Verde, decretada em 2003 pela Presidência da República como de posse tradicional do povo Terena. A TI foi registrada em 2007 em nome da União.

Nos 5 mil hectares da TI, localizada próximo ao município de Aquidauana, vivem cerca de 2,2 mil indígenas, que serão despejados caso a decisão se mantenha no Plenário do Supremo. "Essa decisão tem o condão de atingir milhares de indígenas no país e tende a lastrear uma instabilidade sem precedentes. Além de anular um ato da administração pública que demorou quase 20 anos pra

ser concluído, o Judiciário não aponta nenhuma alternativa. Coloca tudo na estaca zero e acaba por alimentar o conflito numa área já pacificada", explica o assessor jurídico Adelar Cupsinski.

Além disso, o fato da comunidade não ter sido citada como parte poderia anular todos os atos processuais. Um pedido de ingresso no processo foi protocolado pelo povo Terena, que também entregou uma carta ao ministro relator, reivindicando o direito de ser ouvido antes de novo julgamento.

No memorial constam o Relatório Figueiredo, o capítulo indígena da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e um relatório elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que realizou minucioso estudo da situação fundiária indígena em Mato Grosso do Sul, além de inúmeros documentos oficiais que comprovam a ocupação Terena na área desde o século XVI.

Todos os 27 posseiros que tinham títulos de boa-fé incidentes sobre a terra indígena receberam indenizações. O autor da ação contra os Terena recebeu do Estado em 2011 uma indenização de mais de R\$ 407 mil pelas benfeitorias construídas na área.

## Pauta Indígena

JUNHO

01/06

- Nota de repúdio contra as ameaças à Cacica Eunice Antunes, da TI Morro dos Cavalos

03/06

- Ministério da Justiça declara Terra Indígena Jaraguá (SP)

09/06

- Povos da Amazônia denunciam situação de abandono

- Remoção forçada de ribeirinhos por Belo Monte provoca tragédia social

- MPF recorre de decisão que livra dono da Gaspem de pagar R\$ 480 mil a indígenas no MS

11/06

- CNPI publica nota contra conjuntura indigenista que nega direitos

- Manifesto contra a PEC 215 é assinado por 70 entidades e entregue a parlamentares

17/06

- Usina no Tapajós só pode ser licenciada após consulta aos povos afetados

19/06

- Aumentam os índices de assassinato, suicídio e mortalidade infantil de indígenas, aponta Relatório do Cimi

25/06

- Apib responsabiliza Dilma, Cardozo e Luis Adams pelo genocídio de indígenas no país

26/06

- Kaingang da TI Passo Grande do Rio Forquilha retomam parte do seu território tradicional

JULHO

03/07

- Cerca de 100 indígenas Kanela do Araguaia retomam área tradicional no MT

07/07

- Indígenas Tupinambá ocupam Secretaria de Educação em Salvador

08/07

- Encontro Mundial de Movimentos Populares começa na Bolívia

10/07

- Mulheres e crianças Mura são vítimas de violência policial em Autazes (AM)

- Egydio Schwade, uma homenagem merecida

13/07

- Após pressão de indígenas, Sesai libera contrato para locação de veículos no Dsei/BA

14/07

- No TO, 1º Encontro de Jovens Apinajé reafirma luta pela terra tradicional

16/07

- No AM, policiais espancaram indígenas que proibem a pesca esportiva no território Torá/Munduruku

- Povo Nawa retém funcionários da Funai e do ICM-Bio para reivindicar demarcação de terra

17/07

- No AM, funcionários da Funai e policiais são acusados de torturar indígena de 16 anos

21/07

- No Pará, juiz decreta "inexistência" de povos que denunciaram presença de madeireiros

22/07

- Madeireiros atiram contra liderança Ka'apor da TI Alto Turiaçu

23/07

- Após despejo, Kanela do Araguaia lutam pelo reconhecimento de seu território

- Povo Kaingang retoma terra ancestral em Canela (RS)

- Pressionada por despejos contra aldeias Pataxó, Funai publica relatório de Cahy-Pequi (BA)

- Povo Terena retoma três fazendas da TI Taunay-Ipegue (MS)

30/07

- Movimento de mulheres indígenas da BA realiza encontro para discutir terra, violência e gênero

- Nota do Cimi Amazônia Ocidental sobre a morte da liderança Txate Ashaninka

31/07

- Cacique Aruã Mura é criminalizado por defender direitos indígenas

# Mato Grosso: meio século de lutas, massacres e esperança

Povos indígenas do estado, como os Enawenê Nawê, continuam a sofrer os severos impactos do agronegócio, de suas “infinitas” monoculturas e dos megaprojetos. O assassinato de Vicente Kiwxí Cañas, que perdeu sua vida devido à defesa desses povos e de seus modos de vida, terá um novo julgamento

Egon Heck, *Secretariado Nacional*

À sombra de um frondoso pé de manga foi sendo desvelada, com detalhes, a narrativa de um dos mais horrendos crimes praticados contra os povos indígenas no Brasil, o Massacre do Paralelo 11, como ficou conhecido. Ocorrido em 1960, no noroeste do Mato Grosso, estima-se que cerca de 3.500 indígenas Cinta Larga foram assassinados neste cruel episódio, sendo uma grande parte deles por envenenamento. Roubo, estupro, grilagem, suborno e tortura são outros crimes e violações vinculados a este massacre. A ordem e a munição vieram dos seringais de Antonio Junqueira. Seringueiros e pistoleiros foram contratados para fazer a limpeza.

Egydio, estudante jesuíta, trabalhando no internato indígena de Utiariti, perplexo, foi anotando cuidadosamente a narrativa do massacre. Os originais desse registro estão na biblioteca do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O fato chocou o Brasil e o mundo. Como desdobramento deste e de outros massacres que vieram à tona naquele momento, foi gerada uma grande indignação e foram exigidas atitudes severas contra os mentores e autores daquela onda de violência e extermínio dos povos indígenas no Brasil. Em 1963,

foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para esclarecer as denúncias e, posteriormente, uma comissão de investigação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que resultou no Relatório Figueiredo, que reúne mais de sete mil páginas de denúncias sobre violências, massacres e genocídio dos povos indígenas no Brasil. Em decorrência dessas gravíssimas denúncias foram criadas outras CPIs e extinto o SPI, em 1967.

Sob o murmúrio silencioso do salto de Utiariti, no Rio Papagaio, de sublime beleza, foi se desvendando um cenário de barbárie, com milhares de mortes cruéis de indígenas e seringueiros, na continuidade de um bandeirantismo sanguinário sob a batuta de seringalistas, com a cumplicidade e conivência do Estado, estimulador das frentes de expansão econômica naquela região.

## A Maggi-ca do progresso

Até onde a vista alcança, gente não se vê. Apenas o rouco roncar de motores, caminhões afoitos, entupidos de grãos transgênicos. Os imensos chapadões, como

Fotos: Egon Heck

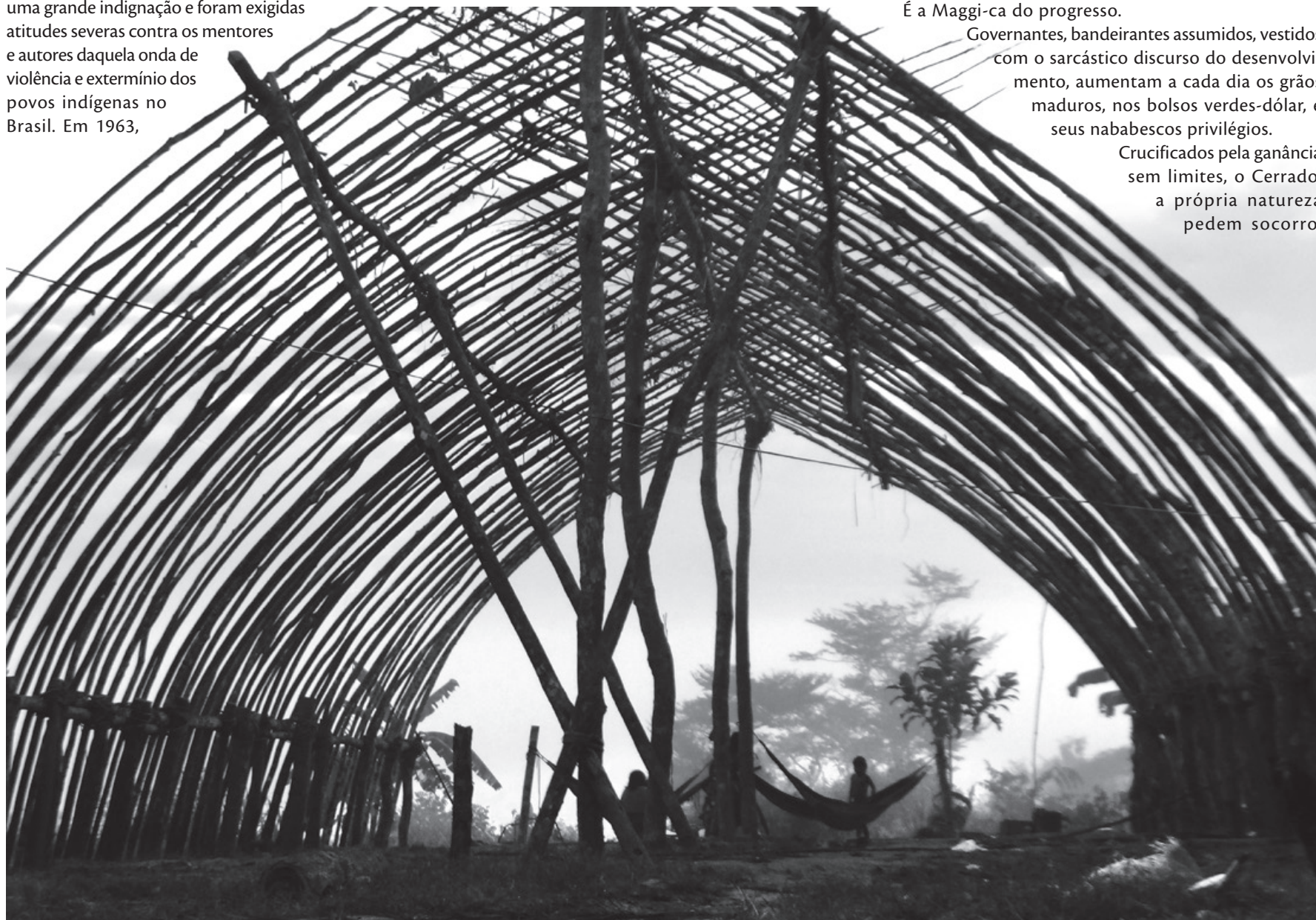


Os Enawenê Nawê e o seu modo de vida estão ameaçados pelos mais de 70

os dos Parecis, no norte do Mato Grosso, transformaram-se em cemitérios de Cerrado, crucificado pela ganância do agronegócio, da monocultura. “Chamam isso de progresso, eu chamo isso de destruição”, entoava uma canção popular. Eu acreditava que não veria nada mais grave e triste do que a realidade no Mato Grosso do Sul. Mas me enganei. Eu vi. Para meu espanto, no final do mês de junho deste ano, testemunhei tudo o que não se deseja para aquele frágil – e, ao mesmo tempo, tão valente – bioma. Os principais mentores e atores têm nome e sobrenome. É a Maggi-ca do progresso.

Governantes, bandeirantes assumidos, vestidos com o sarcástico discurso do desenvolvimento, aumentam a cada dia os grãos maduros, nos bolsos verdes-dólar, e seus nababescos privilégios.

Crucificados pela ganância sem limites, o Cerrado, a própria natureza pedem socorro.





projetos de hidrelétricas planejadas para a bacia do Rio Juruena

“Os restos” dos povos originários pedem socorro. As águas, envoltas em venenos, se revoltam em seus leitões conspurcados por mil detritos de morte. Os peixes vão desaparecendo, pois seus ciclos reprodutivos estão sendo barrados por dezenas de hidrelétricas em construção e outras tantas previstas no programa desenvolvimentista do governo. E chamam isso de progresso...

### Juruena Vivo, Enawenê Vivo Salvemos o Juruena

Diante da avalanche de mais de 70 projetos de hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), além da natureza violentamente afetada em sua biodiversidade e harmonia, quem mais sofrerá e já está sofrendo as consequências são os povos indígenas da bacia desse lindo e ainda vivo Rio Juruena.

Os Enawenê Nawê são as maiores vítimas dessa insanidade. Estão sendo profundamente afetados em seu sistema alimentar e espiritual, que tem nos peixes um dos seus elementos essenciais. Os peixes que hoje chegam à aldeia estavam em caminhões frigoríficos ou nas geladeiras dos supermercados.

“Os beneditinos da selva”, como os denominavam Bartolomeu Melliá, são um povo fantástico. Eram 100 quando, em 1974, foram contatados por uma equipe de indigenistas da Missão Anchieta e indígenas Pareci (Halite). Hoje são quase mil pessoas. Entre aquele não muito remoto contato e o intenso contato atual com as modernas tecnologias (celulares, computadores, caminhonetes e caminhões, motosserras, motores e lanchas...) foram dados enormes saltos que, de alguma forma, irão se harmonizar em novas formas e valores. Afinal, a vida e a cultura são dinâmicas. Porém, há riscos e perdas inevitáveis no processo. O fato inegável é que o momento é bastante delicado. Grandes somas de recursos advindos das indenizações das hidrelétricas, recursos dos três pedágios e benefícios sociais (aposentadoria e auxílio-família, dentre outros) vêm forjando novas realidades, que podem afetar a resistência mais profunda, cultural e religiosa. Os idosos e os pajés estão preocupados com os jovens, com o seu envolvimento, ou não, com a vida ritual e espiritual de toda a comunidade de sua grande aldeia, em forma circular, com 16 casas grandes, em que residem os membros de cada clã.

## Kiwxi – terra, resistência e o sangue derramado

Ir ao lugar sagrado onde o missionário jesuíta Vicente Cañas, batizado pelo povo Myky de Kiwxi, está plantado é uma emoção indescritível e um privilégio de poucos brasileiros. Seu barraco, nos limites do território indígena, continua de pé como testemunha fiel do covarde assassinato de um dos baluartes da defesa da vida daquele povo. Enquanto lá permaneceu por mais de 13 anos, como um deles, foi um dos guardiões, juntamente com os líderes e guerreiros, da defesa da terra e dos recursos naturais. Os Enawenê, mesmo em sua realidade de pouco contato com a população envolvente, sabiam da cobiça pelos seus recursos naturais. Não tinham dúvidas que dependia deles a defesa de suas terras. Às constantes invasões, agiam com firmeza.

As mortes de um agrimensor e um mateiro, em 1984, e de uma família a serviço dos fazendeiros, em 1986, geraram comoção e ódio na população regional, especialmente na cidade de Juína. Foi dali que partiu o decreto de morte de Kiwxi.

Naquela manhã do dia 6 de abril de 1987, Vicente estava carregando a canoa. Após tomar um banho no rio, retornou ao barraco. Ali o esperavam os assassinos. Morreu a poucos metros do barraco onde vivia. Ali encontramos seu corpo mumificado no dia 19 de maio, pouco antes do meio dia.

De acordo com as provas levantadas e os depoimentos, o próprio delegado da Polícia Civil de Juína, Ronaldo Antônio Osmar, tinha sido o agenciador dos oito indivíduos que emboscaram o missionário, matando-o a golpes de porrete na cabeça e facadas na barriga com a expressa orientação dos mandantes de que o crime parecesse ter sido cometido pelos indígenas. O delegado Osmar chegou a presidir o inquérito que investigou o assassinato, declarando que ele havia sido obra dos índios insatisfeitos com a presença de Cañas no local.

Depois de quase duas décadas, finalmente o julgamento foi realizado, em Cuiabá. Alguns dos envolvidos, partícipes e mandantes, já haviam morrido ou estavam com mais de 70 anos. Os dois julgamentos confirmaram o assassinato, porém sem identificar autores. Mais um crime impune no Brasil, a estimular a violência contra os povos indígenas e seus aliados.

Neste mês de agosto, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) determinou a realização de um novo júri referente ao caso da morte de Kiwxi. O desembargador Ítalo Fioravante Sabo Mendes acatou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) pela nulidade do júri sob o argumento de que os jurados não consideraram provas substanciais apuradas durante o processo. Ou seja, o TRF-1 anulou o primeiro julgamento.

### “Entre nós, um de nós”

Vicente Kiwxi, mártir e profeta da causa indígena, é um testemunho do compromisso radical que os missionários assumiram a partir da criação do Cimi, inspirados pelas

mudanças do Concílio Vaticano II e das Conferências de Puebla e Medellín, dentre outras. Em homenagem a esse testemunho ímpar na doação à causa e em reconhecimento e gratidão, o Centro de Formação do Cimi, de onde escrevo estes registros e reflexões, tem o nome de Vicente Cañas.

Em um dos inúmeros momentos de forte tensão e ameaças aos Enawenê e seus aliados, ele reafirmou seu compromisso até as últimas consequências: “Se é para morrer, vamos morrer todos”.

Os Enawenê, não esquecem Kiwxi e afirmam “ele era índio, um de nós... não era branco, não”. Lembram dele de maneira muito especial por ser um exímio pescador, com o qual as crianças adoravam ir pescar. Mas o que mais admiravam nele era a capacidade de partilhar todos os momentos da vida na aldeia com eles: pescar, caçar, participar dos rituais, fazer roça, plantar... Vicente era um deles. Chegou a aprender a língua, pelo menos o suficiente para se comunicar. Apesar de sua extrema capacidade de lidar com as coisas práticas, deixou valiosos registros em seus diários, sobre a vida, a cultura e acontecimentos do dia a dia na aldeia. Isso, com certeza, exigiu dele bastante esforço pois era algo fora do campo de suas habilidades e preferências pessoais.

Um fato importante da vida de Kiwxi é que em 1974, juntamente com outro histórico missionário do Cimi, Tomás Lisboa, ele fez contato com o povo Myky, que vivia isolado, sem contato com a sociedade envolvente. Vicente viveu bastante tempo com esse povo. Na época do contato eles eram 27 pessoas, sendo que hoje formam uma população de 133.

Em seus últimos anos de vida e convivência com os Enawenê, ele via com extrema preocupação o multiplicar dos caminhos de invasões. Participou ativamente no processo de identificação da terra. Ele e Tomás Lisboa participaram de um dos Grupos de Trabalho (GT) de identificação da terra tradicional. Quando foi assassinado, tinha acabado de retornar de Brasília com uma boa notícia aos indígenas, o mapa consolidado. Não chegou a anunciá-la, pois o assassinaram justamente quando se preparava para subir o rio rumo à aldeia para participar dos rituais.

Coube às entidades comprometidas com a vida e os direitos desse povo – a Missão Anchieta e a Operação Amazônia Nativa (Opan), além, claro, do Cimi – assumirem o compromisso de continuar a luta de Vicente, exigindo do governo a urgente demarcação da terra. Efetivamente, isso aconteceu em 1996. Hoje 742 mil hectares estão demarcados e homologados. Porém, uma parte importante da terra tradicional muito utilizada para as pescarias, no Igarapé Preto, ainda é reivindicada pelo povo.

Os Enawenê também têm sustentado com bravura e coragem a luta contra as hidrelétricas na bacia do Rio Juruena.

### Nos senderos de Kiwxi

É extremamente gratificante a possibilidade de andar nos caminhos iluminados, mas também de muitos espinhos, por onde trilham sonhos os guerreiros Kiwxi e Jaúka, Tomás. Ambos são raízes e estão no âmago de um processo de ruptura de um paradigma de missão. Tiveram a coragem de fazer a ruptura, não apenas adequações, conforme os novos ventos advindos do Espírito de diversas partes do mundo. Ter a coragem e coerência de buscar novos caminhos foi e continua sendo um sinal de controvérsia, própria dos momentos de profundas transformações, marcadas por enormes desafios e sofrimentos. Vicente derramou seu sangue por essa causa. ♦



A decisão do júri sobre o assassinato do missionário Vicente Cañas, o Kiwxi, foi anulada e um novo julgamento será realizado

# O ataque ao Forte Coimbra

No século XVII os Guaikuru já eram reconhecidos como os grandes guerreiros da região do médio Paraguai, conquistando outros povos que ali viviam. Tornaram-se mais temidos e conquistadores depois de adotarem o cavalo, pressionando, sobretudo, os espanhóis do Paraguai, até meados do século XVIII. Os ataques foram tão frequentes que o naturalista espanhol Félix de Azara, que esteve na região no final daquele século para a demarcação dos limites territoriais espanhóis, chegou a escrever que “faltou bem pouco para [os Guaikuru] exterminarem todos os espanhóis do Paraguai”<sup>(1)</sup>.

A definição das fronteiras entre a coroa espanhola e a portuguesa, a partir do Tratado de Madri, cortou o território Guaikuru e desagradou este povo, que se colocou em guerra. Assim, os conflitos entre espanhóis - já considerados paraguaios -, portugueses e indígenas eram frequentes e levaram o rei de Portugal a exigir que se construísse uma fortaleza, no médio Rio Paraguai, para garantir as novas fronteiras que surgiam.

Em 1775, o governador do Mato Grosso determinou a construção de um forte, chamado também de presidio. Desse modo, no ano seguinte, surgiu o Presídio de Nova Coimbra, conhecido depois como Forte Coimbra.

Os soldados dessa fortaleza sempre consideraram esses indígenas como inimigos e assim os tratavam, havendo sempre violência até contra as mulheres indígenas, que se destacavam pela beleza.

Cansados de serem tratados dessa forma, resolveram dar o troco. No dia 20 de novembro de 1778, um grupo Guaikuru chegou ao forte, dizendo em espanhol, através de um intérprete, que desejavam celebrar um tratado de paz.

Sem acreditar muito nessa proposta, o comandante do forte recebeu-os fora do recinto militar, presenteando-os com alguns utensílios do agrado dos indígenas. Esse breve encontro terminou com a retirada dos indígenas, que asseguraram que voltariam um mês depois.

De fato, na manhã do dia 6 de janeiro de 1779, um grupo voltou, acompanhados de suas mulheres e com um carregamento de peles de veados, carneiros e outros objetos de interesse dos portugueses. A presença feminina era uma garantia da boa intenção dos visitantes.

O comandante português mostrava-se cético com essa comitiva e ordenou que eles fossem recebidos a uma distância de 300 metros da fortaleza, onde ocorreria a troca das mercadorias.

Mas o capitão Guaikuru tinha um plano mais ousado. Através de um intérprete, escravo do forte, pediu para ser conduzido à presença do comandante, pois desejava acertar detalhes do acordo de paz.

Atraídos pelas mulheres indígenas, os soldados foram aos poucos deixando a fortaleza, entregando-se a elas nas proximidades. No final da manhã, entretidos com as carícias amorosas das indígenas, o capitão indígena, com um assovio, deu o sinal do ataque.

Os guerreiros Guaikuru, que estavam nas imediações, saíram ao ataque, matando não só o comandante, que foi degolado, como também todos os 54 soldados.

Sem nenhum indígena morto, os Guaikuru retornaram à suas aldeias com os troféus desse ataque. Eles voltaram a essa fortaleza 11 anos depois, em 1789, quando começou a ser arquitetado um novo tratado de paz<sup>(2)</sup>. ♦

<sup>(1)</sup> *Viajes por la América Meridional* [1809], Madrid, 1923, p. 58. Apud: BOGGIANI, Guido. *Os Caduve*, 1975, p. 20.

<sup>(2)</sup> Os dados do ataque foram colhidos na obra de BERTELLI, Antônio de Pádua, *Os fatos acontecidos com a poderosa e soberana nação Guaycurús no Pantanal do Mato Grosso, entre os anos de 1526 até o ano de 1986*, São Paulo: Uyara, 1987, p. 119-120. Esse episódio é igualmente retratado no filme de Lúcia Murat, *Brava gente brasileira*.

